



Nº 1154 - Semanal
0,50 €

16 Maio 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

PS VOTOU CONTRA ORÇAMENTO SUPLEMENTAR

Razões políticas e constitucionais levaram o Partido Socialista a concluir que o Orçamento Suplementar apresentado pelo Governo não merecia o nosso voto favorável.

A posição do PS foi conhecida no passado domingo. Em conferência de Imprensa, o secretário-geral explicou que o voto negativo se deve a um orçamento "precipitado, pouco rigoroso e pouco transparente".

Ferro Rodrigues denunciou também "a gestão do ciclo político-eleitoral" que segue a estratégia de avançar com as medidas mais difíceis até 2004, para depois praticar uma "política expansionista na fase final da legislatura", e alertou para a possibilidade do documento poder provocar "uma verdadeira crise económica".

► Página 5



DEBATE SOBRE O FUTURO DO PS

TRABALHAR PARA GANHAR AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

► PÁGINA 7

RTP

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO

► PÁGINA 10

CIÊNCIA VIVA

UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO ENSINO EXPERIMENTAL

► PÁGINA 12

A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues anunciou o voto contra do PS relativamente ao Orçamento Suplementar, fundamentando a decisão em razões políticas e constitucionais.

O secretário-geral do PS presidiu a uma reunião com os presidentes das federações.

Sob a presidência de Mesquita Machado, para analisar as implicações autárquicas do Orçamento Rectificativo do Governo, reuniu-se a direcção da Associação Nacional de Autarcas do PS.

Com os votos contra do PS foi aprovado o Orçamento Rectificativo do Governo.

Foi criada a Comissão parlamentar eventual para a reforma do sistema político.

Na RTP viveram-se dias de grande agitação após o anúncio, por parte do ministro da Presidência, do encerramento de um dos canais da televisão pública.

O comissário António Vitorino apresentou um pacote de medidas para combater o sentimento de insegurança dos europeus, onde se destaca a criação de uma polícia comum de fronteiras.

Jorge Coelho e Vicente Jorge Silva foram os oradores convidados da semana, no ciclo de colóquios sobre "O Futuro do PS" organizado pela Concelhia de Lisboa.

Reuniu-se em Estrasburgo o plenário do Parlamento Europeu.

A Internacional Socialista pronunciou-se sobre a situação na Venezuela, manifestando a sua preocupação pela crise institucional que se vive no país.

A Taça de Portugal em futebol foi conquistada pelo Sporting Clube de Portugal que este ano também venceu o campeonato.

O SEGREDO

ANTOONIO COLAÇO



Não se riam, meus filhos! Ai de vós se revelais o meu **segredo** da dramatização da situação nacional!!!!

Sem nacionalismos, porque carga d'água anuncia Durão Barroso em Madrid o TGV português? Há qualquer coisa que nos escapa. O que não escapa de todo é o incumprimento de mais esta promessa eleitoral.

Se Durão Barroso tivesse dito aos portugueses aquilo que iria fazer no Governo, muito provavelmente teria perdido as eleições. Esta convicção resulta da actividade do Executivo que sem ter experimentado o estado de graça, parece estar de saída como se viu, aliás, pela forte assobiadela de que foi alvo o primeiro-ministro no jogo da final da Taça de Portugal.

Para não falar do aumento do IVA nem do fim ao crédito bonificado para aquisição de habitação própria, assiste-se a esta coisa espantosa do Orçamento Rectificativo necessitar de ser rectificado de modo a ser expurgado de várias inconstitucionalidades, o que denota desconhecimento do texto fundamental e má técnica jurídica. Isaltino Morais teve de ceder nas pretensões do Governo em relação ao previsto no Orçamento de impedir o endividamento dos municípios e disponibilizar-se para "retoques". Assim, não só as autarquias podem contrair empréstimos para assegurar a comparticipação nacional em projectos financiados por fundos comunitários, como foi riscada do Orçamento a pretensão de exigir aos municípios de apresentarem, em 2002, saldos de gerência tão ou mais positivos do que no ano anterior. Outra matéria de recuo do Governo, no seu afã de fusões e extinções, respeita ao Instituto de Navegabilidade do Douro que já não irá fundir-se com o Instituto dos Portos, mas ser objecto de reestruturação e mudança de nome.

Quem não se lembra do discurso demagógico que prometia o cancelamento do TGV e da OTA enquanto houvesse crianças com fome e listas de espera nos hospitais? Pois fique-se a saber que os comboios de alta velocidade "são uma prioridade" e que é "nosso interesse em avançar com o projecto", segundo palavras do primeiro-ministro proferidas após uma reunião com o chefe do Governo espanhol. Sem nacionalismos, porque carga d'água anuncia Durão Barroso em Madrid o TGV português? Há qualquer coisa que nos escapa. O que não escapa de todo é o incumprimento de mais esta promessa eleitoral. E, no que se refere ao aeroporto da Ota pouco deve faltar para o Governo vir dizer que afinal este é um projecto de grande importância nacional, anunciando depois a sua construção. Para já, há a garantia de que os estudos vão ser retomados.



O Orçamento Rectificativo de 2002 apresentado pelo Governo tem "medidas de emergência sem nexos e sem estratégia", com números empolados e com desorçamentações de 500 milhões de euros; por isso, não serve o interesse nacional.

As posições do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram assumidas no debate orçamental, na Assembleia da República, pelos deputados João Cravinho, Joel Hasse Ferreira e Eduardo Cabrita.

Cravinho pegou nas palavras proferidas em sede de comissão pela ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, e pediu-lhe: "Nunca mais traga ao Parlamento um documento tão importante, como o Orçamento Rectificativo, sem estratégia", denunciando

ainda "a alfomada de mais de 500 milhões de euros para operações de desorçamentação" que o Governo de direita criou.

Na mesma linha, o deputado Joel Hasse Ferreira acusou o Governo de estar a fazer "uma gigantesca campanha de propaganda, visando responsabilizar os executivos socialistas pelas dificuldades da situação orçamental e das finanças públicas".

"Há uma clara manipulação sistemática de dados por parte de responsáveis governamentais", mas "a apresentação interna e externa de previsões excessivamente pessimistas pode prejudicar o investimento externo e a própria credibilidade do Estado Português", avisou o deputado socialista.

Para Hasse Ferreira, "em diversas disposições,

RECTIFICAR O RECTIFICATIVO

Outra preocupação de momento é a RTP. Inopinadamente, o ministro da Presidência falando de catedra para o parlamento das crianças anuncia a extinção de um dos canais da RTP. Já num ambiente mais de acordo com a delicadeza da questão, o ministro Morais Sarmento foi à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias garantir que fecha o tal canal porque assim está previsto no Programa de Governo, não dando, no entanto, nenhuma indicação quanto ao modelo que pretende seguir, adiantando, contudo, que vai ser criada uma Comissão para estudar o assunto. Entretanto, todos os dias assistimos a manifestações frente à sede da empresa e das suas diversas delegações espalhadas pelo País, contra a extinção do serviço público. Com as notícias surgidas na Comunicação Social de que esta matéria está a dividir a coligação que suporta o Governo, cá estaremos para ver se também neste ponto a linha de recuo é a melhor estratégia. Se assim se verificar, como modestamente se espera, há então que rectificar o Governo.

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva

PARLAMENTO

ORÇAMENTO LARANJA NÃO SERVE PORTUGAL

O Orçamento Rectificativo não respeita o texto constitucional e evidencia um claro desrespeito pelas regras democráticas por parte deste Governo".

O deputado Eduardo Cabrita denunciou as contradições entre as promessas eleitorais feitas pelo presidente do PSD, Durão Barroso, e as medidas agora propostas pela ministra das Finanças

"Este orçamento suplementar, que agrava impostos, aumenta a despesa e restringe o investimento público, revela a escandalosa distância entre as promessas de Março e as acções de Maio", afirmou, acrescentando de seguida que, "se a mistificação eleitoral é óbvia, a fraude que constitui esta política fiscal é a prova, em Maio, de o Governo já ter perdido a coragem anunciada em Março", alertando ainda para o facto de o Executivo de Durão Barroso ir

"a caminho de perder a confiança dos portugueses".

Por seu turno, o líder parlamentar do PS, acusou a ministra das Finanças de falta de competência, credibilidade e autoridade política, protagonizando um momento alto do debate do orçamento rectificativo no Parlamento.

"A senhora não tem credibilidade política depois de tudo o que disse na oposição", denunciou Costa, relembrando as declarações da ministra feitas em 1996 segundo as quais o orçamento apresentado na altura pelo Executivo do PS iria impedir "a entrada de Portugal no euro".

António Costa acusou ainda Manuela Ferreira Leite de não ter "competência política", explicando que a agora titular da pasta do Estado e das Finanças colocou "a Educação a ferro e fogo" durante o Governo de Cavaco Silva.

VITOR CONSTÂNCIO

ELISA FERREIRA

O SUCESSO DO EURO



A vida económica europeia viu-se facilitada com a entrada em circulação da moeda única em Janeiro último, permitindo reduzir as taxas de juro, mas o euro implica também uma vertente de exigência disciplinar que tem de estar sempre presente.

Foram estas as ideias defendidas por Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal (BP), durante o colóquio comemorativo do Dia da Europa, que decorreu, no dia 9, em Lisboa.

Constâncio não deixou passar a oportunidade de referir-se mais uma vez ao "sucesso assinalável" do processo de introdução do euro, que "decorreu sem perturbações da vida económica", apesar das dúvidas iniciais.

Apresentada como moeda forte, o euro representa uma zona económica, mas também transmite a credibilidade de manter a inflação baixa e as taxas inferiores àquelas praticadas nos EUA, e assegura a liquidez de instrumentos financeiros.

Na verdade, a moeda única veio "pôr a casa [europeia] em ordem, o que é uma vantagem", embora coloque novas exigências de coordenação entre os Estados-membros da união monetária.

Apesar da cooperação internacional ser necessária, nomeadamente entre as duas partes, consequência da bipolarização dólar/euro, segundo Vítor Constâncio, a zona euro tem de dar mais atenção às suas metas domésticas, para assegurar a estabilidade de preços e a inflação baixa, sem preocupar-se excessivamente com as taxas de câmbio.

Mas, para o governador do BP, uma das vantagens mais importantes do euro tem a ver com a maior capacidade de gestão da parte da Europa no que respeita à sua economia, tendo como "prioridades os seus próprios objectivos internos, sem preocupar-se em excesso com as consequências internacionais das suas decisões".

M.R.

MAIS-VALIAS

BANCADA SOCIALISTA VOTOU CONTRA PROJECTO DO PCP

O Grupo Parlamentar do PS votou contra o projecto do PCP sobre a tributação das mais-valias, por considerar não ser adequado repor um imposto a meio do ano fiscal.

No entanto, por uma questão de coerência, os deputados socialistas João Cravinho, Jorge Lacão, Strecht Ribeiro, Helena Roseta e Medeiros Ferreira optaram pela abstenção, uma vez que já tinham votado da mesma forma quando o Governo do PS decidiu suspender a tributação das mais-valias por um ano.

O entendimento da direcção da bancada socialista, presidida por António Costa, quanto à posição tomada em relação ao projecto do PCP, foi a de que se os socialistas são pela tributação das mais-valias então tiveram a oportunidade de manifestar a sua posição votando contra a proposta do Governo que revoga essa tributação e que foi aprovada no dia anterior com os votos favoráveis da maioria de direita, PSD e CDS/PP.

CRISE ORÇAMENTAL PODE DEGENERAR EM CRISE ECONÓMICA

O investimento público não co-financiado pela União Europeia pode cair 18,4 por cento em termos reais face a 2001, se o Ministério das Finanças não autorizar a utilização dos 387 milhões de euros do PIDDAC cativados pelo Orçamento Rectificativo. Esta é opinião de Elisa Ferreira, para quem este efeito recessivo condicionará o crescimento da economia portuguesa nos próximos anos, pondo em causa o objectivo eleitoral do PSD de atingir a média comunitária em 15 anos. O eventual congelamento de 387 milhões de euros provocaria uma quebra de 7 por cento no esforço total de investimento público orçamentado - menos 185 milhões de euros - face a 2001. Em termos reais, o eventual corte pode chegar mesmo a 10 por cento. Considerando o impacto apenas no investimento não co-financiado (por regra, 53 cento das verbas não recebem contrapartidas da UE) a quebra anual pode ser de 19,5 por cento face ao orçamentado de 2001, atingindo os 22,2 por cento em termos reais. Mais grave é a comparação em termos de execução, já que o investimento previsto no capítulo 50 do Orçamento nunca é gasto na totalidade por atritos de gestão. Mesmo considerando uma taxa de execução "conservadora" em 2001 (89 por cento) e "ótima" em 2002 (95 por cento), a quebra anual do PIDDAC é preocupante, se a cativação não for desbloqueada pela ministra das Finanças durante o ano. O investimento público total cairá 0,6 por cento em termos nominais e 4 por cento reais. Dentro do PIDDAC não co-financiado, a quebra anual pode atingir em termos nominais os 15,7 por cento e os 18,4 por cento em termos reais. Para Elisa Ferreira, a selecção «política» na cativação das despesas revela o empenho do Governo em transformar a crise orçamental numa grave crise económica. "Os instrumentos previstos no Rectificativo estão de pernas para o ar", diz a deputada socialista, apontando a cativação do PIDDAC como a medida "mais grave" apresentada.



SOUSA FRANCO DEFENDE

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA COMBATER EVASÃO

O ex-ministro das Finanças Sousa Franco defendeu a urgência de uma reforma da administração fiscal, que permita controlar as fugas ao fisco, e criticou ainda o aumento do IVA, sublinhando que "se queremos cobrar impostos com justiça e eficácia, não é aumentando as taxas".

dos Trabalhadores dos Impostos, no âmbito das comemorações do seu 25º aniversário.

Críticas ao aumento do IVA

O antigo titular da pasta das Finanças criticou o aumento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) para 19 por cento.

"Se queremos cobrar impostos com justiça e eficácia, não é aumentando as taxas. Mas o caminho mais fácil, em vez da reforma da tributação do património, é ir ao IVA e aumentá-lo, levando à perda da competitividade e ao aumento do incumprimento fiscal", defendeu. Criticando o "caos" profissional e do ensino da fiscalidade e a incompleta informatização dos serviços, a "chave" da fiscalização, Sousa Franco sugeriu como marco para uma reforma da administração fiscal a criação de um instituto público que aglutinasse as direcções-gerais de impostos, alfândegas e de informática.

"O sistema fiscal exige a gestão integrada de um organismo único", sublinhou.

"É na administração, na justiça e na sociedade civil que está o essencial da vida fiscal. E é aqui que Portugal tem perdido", disse, sublinhando que, "apesar das omissões, dos erros, a reforma da administração fiscal é a reforma de todas as reformas. É com uma reforma fiscal que se luta contra a evasão fiscal".

Referindo que «sem uma reforma da administração fiscal, vamos andar à deriva», Sousa Franco frisou que «a situação fiscal é má porque tem havido uma má gestão política». Sousa Franco falava na Costa de Caparica, na conferência "Administração Fiscal/De Problema a Solução", promovida pelo Sindicato

PS CONTRA ORÇAMENTO SUPLEMENTAR DE 2002

A posição dos socialistas face ao Orçamento Suplementar de 2002 foi conhecida no passado domingo. Em conferência de Imprensa, o secretário-geral explicou o voto negativo dos socialistas a um orçamento "precipitado, pouco rigoroso e pouco transparente", e denunciou "a gestão do ciclo político-eleitoral" que segue a estratégia de avançar com as medidas mais difíceis até 2004, para depois praticar uma "política expansionista na fase final da legislatura".

Segundo Ferro Rodrigues, o documento "é de uma demagogia sem limites e profundamente errado", que pode inclusivamente criar o "risco desnecessário de agravar a situação económica" do País. Para o PS, o Governo está a seguir uma "política de confronto, de dramatização" que visa prolongar "um ambiente de campanha eleitoral" e pode "transformar as dificuldades orçamentais existentes numa verdadeira crise económica".

O Orçamento dito Rectificativo, mas verdadeiramente Suplementar porque eleva a despesa pública, apresentado na semana passada pelo Governo "eleva a despesa pública corrente e aumenta os impostos de uma forma desnecessária, socialmente injusta e economicamente prejudicial", afirmou o líder socialista que se encontrava acompanhado por António Costa, Vieira da Silva, Pina Moura, João Cravinho, Oliveira Martins, Hasse Ferreira, Eduardo Cabrita e Maximiano Rodrigues, a equipa de deputados que protagonizou pelo lado socialista o debate do Orçamento.

Criticando ponto por ponto as principais medidas contidas no Orçamento rectificativo (por facilidade de linguagem), afirmou que o Governo calcula "um novo défice agravado" a partir de "informações pouco fundamentadas" e das suas próprias opções.

A subida da taxa do IVA é errada porque "é socialmente injusta" e "degrada as condições de vida da grande maioria da população", argumentou Ferro Rodrigues.

Quanto ao fim do crédito bonificado para compra de habitação, o Governo "opta pelo facilitismo de acabar com uma medida positiva" em vez de reforçar o combate à fraude, quando a medida "não vai gerar poupanças".

Para os socialistas, só o "sério corte no investimento público" previsto resulta na contenção de despesa. E mesmo assim, o Governo está a agir "sem critérios e sem coerência" nesse corte, "extinguindo o que está extinto e pretendendo fundir instituições públicas com outras que não o são", afirmou o



líder socialista.

Ao "dramatizar a situação financeira do País muito para além do aceitável", o Governo está a "afundar a imagem de Portugal nos meios financeiros internacionais", denunciou Ferro Rodrigues, acrescentando que "a nossa economia necessita de políticas que contribuam de forma decisiva para a retoma da confiança". Manifestando a disponibilidade do PS para ajudar ao rigor orçamental e à contenção de despesa, Ferro Rodrigues precisou: "Mas não por este caminho".

Inconstitucionalidades orçamentais

Questionado pelos jornalistas sobre as áreas de incidência das propostas que os socialistas apresentarão quando o documento for discutido na especialidade, o secretário-geral do PS chamou a atenção para as inconstitucionalidades orçamentais: "São tantas as inconstitucionalidades de certos artigos que será muito difícil apresentar propostas alternativas que não sejam globais", disse.

Para clarificar as áreas consideradas inconstitucionais, na véspera do debate orçamental, os deputados Vitalino Canas, Eduardo Cabrita, Joel Hasse Ferreira e Maximiano Martins deram uma conferência de Imprensa onde expuseram os pontos de vista socialistas sobre esta matéria. Como ponto prévio, Vitalino Canas não pode deixar de considerar "muito preocupante" que Durão Barroso tenha qualificado o alerta do PS quanto à inconstitucionalidade do documento como

"um bloqueio à actividade do governo", acrescentando que essas são "afirmações preocupantes que nos fazem lembrar outras épocas".

Três graves incompatibilidades com o texto constitucional se destacam: penalizações para as câmaras que ultrapassem um determinado limite de endividamento; cativações do PIDDAC; e possibilidade de o Estado obrigar funcionários públicos a entrar em licença sem vencimento. Na primeira situação, estão em causa 387 milhões de euros. A proposta governamental prevê que esta cativação do PIDDAC fique toda nas mãos da ministra da Finanças, regulando este caso a caso, e por despacho, a sua transferência para os vários ministérios. O que constitui motivo de perplexidade para o PS, já que a cativação de mais de 387 milhões de euros "mediante despacho do ministro das Finanças", uma competência que, embora recaindo nas competências do Governo em matéria de execução orçamental, não específica a "posterior concretização das cativações".

Outra das inconstitucionalidades prende-se com uma proposta pela qual é admitida a possibilidade de penalizar as câmaras que se endividem em demasia. Essa penalização passaria pela redução das transferências da administração central para as autarquias, transferências essas que estão reguladas com bastante precisão na lei de finanças locais. Também grave é, para os socialistas, a norma relativa ao "limite de endividamento das autarquias" que, além de padecer de "deficiente técnica legislativa", confere ao Governo a

faculdade de "sancionar ou castigar as autarquias que não cumpram os limites fixados no Orçamento, através de disposições casuísticas e administrativas". No entender do PS, esta intenção do Governo contraria, desde logo, o princípio constitucional da "autonomia do poder local".

A terceira violação da lei fundamental, e porventura o mais importante dos vícios do documento do Governo, reside num artigo que abre a possibilidade de o Estado "conceder" compulsivamente a funcionários públicos licenças sem vencimento. Esta situação, "sem ser um despedimento em termos materiais", "acaba por ser pior", na medida em que "humilha o trabalhador obrigando-o a ficar em casa", além de suspender o seu vínculo com a administração pública e de interromper a contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma.

Para os socialistas, esta norma "não tem qualquer salvação possível" se verificada a sua compatibilidade com os preceitos constitucionais.

Apesar das críticas, Vitalino Canas sublinhou que as dúvidas quanto à constitucionalidade de alguns dos preceitos da proposta constituem uma chamada de atenção para que o Governo "providencie no sentido de alterar algumas disposições".

Não estando no pensamento socialista exercer "qualquer tipo de pressão sobre o Presidente da República", o deputado socialista sempre foi lembrando que o documento "está invulgarmente mal elaborado" e que cabe a Jorge Sampaio uma palavra final sobre o assunto.

ANA/PS

RECTIFICATIVO PREMEIA O DESPESSISMO

O Orçamento Rectificativo de 2002 “é um prémio ao despesismo”, afirmou o presidente da Associação Nacional de Autarcas do PS, Mesquita Machado, alertando também para a possibilidade de o mesmo contribuir “para a falência das empresas que trabalham com as câmaras”.

No final da reunião de sexta-feira da direcção dos autarcas socialistas, Mesquita Machado acusou o Governo “de falta de seriedade por não incluir no programa eleitoral do PSD os anunciados cortes à habitação jovem” e de se preparar para “retomar o ataque às autarquias locais feito por Cavaco Silva”.

Na conferência de Imprensa, Mesquita Machado condenou, sobretudo, a medida do Orçamento Rectificativo que impõe às autarquias um saldo em 2002 idêntico ao de 2001. “É um prémio ao despesismo, porque a medida vai penalizar quem poupou no ano anterior e quem não poupou pode continuar a gastar. Quem pensou essa medida, ou não pensou bem no que fez, ou é incompetente”, criticou o presidente da Câmara de Braga.

“As autarquias que não se endividaram nem têm amortizações, não podem este ano contrair qualquer tipo de empréstimo”, afirmou o autarca de Braga para se insurgir contra os alegados cortes ao investimento público inerentes ao Orçamento Rectificativo de 2002.

“Está em causa a boa execução do III Quadro Comunitário de Apoio”, sustentou o autarca do PS, para quem o Orçamento Rectificativo de 2002 “significa o desastre e a ruína de muitas empresas que trabalham com autarquias”. “Este Governo, de uma forma cega, propõe medicamentos para curar um doente, que podem provocar a sua morte”, atacou de uma forma mais contundente, garantindo que se este tipo de medidas fossem incluídas no programa de Governo do PSD, Durão Barroso nunca teria chegado a primeiro-ministro. “É preciso ter muito descaramento para, dois meses depois, enterrar as suas promessas eleitorais”, denunciou, em alusão às palavras do líder laranja, no anterior congresso da Associação de Municípios, onde terá afirmado que “um euro gasto nas autarquias valia tanto como três na Administração Central”.

Mesquita Machado alertou ainda para o facto de “nas zonas fronteiriças, com o aumento de dois por cento na taxa máxima de IVA, vir a agravar-se o movimento de pessoas para fazerem as suas compras em Espanha, onde o IVA máximo é 16 por cento”.



BRAGANÇA

FEDERAÇÃO ARRASA GOVERNO

Decorrido um mês sobre a tomada de posse do Governo de direita, a Federação do PS/Bragança faz um balanço extremamente negativo, enumerando diversas medidas que, para além de terem consequências nefastas para o País do ponto de vista económico e social, prejudicam gravemente a região.

Num comunicado, os socialistas bragantinos lembram que o PSD prometeu na campanha eleitoral uma redução da carga fiscal, mas “não só não diminuiu a carga fiscal, como a elevou de forma socialmente injusta e fortemente penalizadora para o desenvolvimento da actividade económica”.

O PS/Bragança refere que a correcção do défice orçamental “tem servido para o PSD e o Governo utilizarem de forma espúria o medo como ‘passaporte’ para legitimarem as propostas de aumento do IVA, numa tentativa de fazer crer que o País se encontra numa situação que em nada corresponde à propaganda e desinformação que têm veiculado”.

No documento, o PS/Bragança frisa que “a prática do Governo do PS, de desagregar fiscalmente as regiões do interior, não só não é seguida por este Governo como até é invertida”.

Quanto à RTP, a Federação do PS/Bragança afirma-se “determinada” em defender “a continuidade das emissões regionais de televisão”, e manifesta-se “intransigente” relativamente “à manutenção do serviço público da RTP internacional e RTP África”.

Os socialistas de Bragança criticam também a eliminação do regime de crédito bonificado à habitação, que “constitui um dos mais rudes golpes naquele que é o objectivo principal de um cidadão: ter casa própria”.

O desaparecimento de serviços instalados na região é ainda alvo de duras críticas, uma vez que, segundo o PS, “fará com que a tão propalada descentralização tenha um caminho inverso”.



BAIXO ALENTEJO

LUÍS AMEIXA ELEITO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

Luís Ameixa foi eleito presidente da Federação do Baixo Alentejo do PS, obtendo 55,7 por cento dos votos, enquanto José Nicolau Gonçalves e

José Manuel Manta, recolheram, respectivamente, 34,9 e 9,4 por cento dos votos expressos, numas eleições intercalares marcadas por uma forte participação dos militantes.

“Nestas eleições obtivemos uma vitória expressiva e clara. Houve uma correspondência por parte dos militantes da Federação às posições que tomámos, e que se traduzem na continuação do trabalho com Ferro Rodrigues, com o partido, e com os militantes da Federação na defesa dos interesses da região”, disse Luís Ameixa ao “Acção Socialista”.

Luís Ameixa referiu que a principal linha de acção da Federação do PS/Baixo Alentejo será “o apoio permanente aos autarcas socialistas, uma vez que o PS detém na região a maior parte das câmaras, das assembleias municipais e a maioria absoluta das juntas de freguesia”. Neste contexto, em que o PS é a maior força política da região, Luís Ameixa prevê para a Federação “grande responsabilidade no acompanhamento constante dos autarcas socialistas, a maioria dos quais são novos, no âmbito dos nossos objectivos fundamentais: o desenvolvimento da nossa região e a reafirmação do PS como principal partido a nível regional”.

DEPUTADOS DE VILA REAL DENUNCIAM

NÃO HÁ VISÃO PARA O INTERIOR

O Orçamento Rectificativo para 2002 prejudica objectivamente o distrito de Vila Real, nomeadamente porque prevê a extinção de organismos como o Instituto de Navegabilidade do Douro.

Em comunicado, os camaradas Ascenso Simões e Pedro Silva Pereira referiram que a apresentação na Assembleia da República do Orçamento Rectificativo revelou “a intenção do Governo de atentar contra os interesses do distrito de Vila Real e da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

O documento prevê a extinção da delegação de Chaves da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, a extinção da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) e o desaparecimento, como entidade autónoma, do Instituto de Navegabilidade do Douro (IND).

Os deputados socialistas consideram que os argumentos de contenção da despesa pública apresentados pelo PSD foram usados “não para fazer cortes substanciais ao nível de muitos organismos do Estado espalhados pelos grandes centros, mas para cortar em instituições que têm contribuído para o desenvolvimento da região”.

Para Ascenso Simões, “a decisão mais inacreditável de todas as anunciadas é a que se prende com o desaparecimento do Instituto de Navegabilidade do Douro”, criado em 1997 e cujo sede foi inaugurada há cerca de dois meses no Peso da Régua.

Considerou que se trata de uma “decisão gravíssima” para toda a região do Douro, do Porto a Barca de Alva, e que, na sua opinião, “só pode ser tomada por um Governo que não tem uma visão de desenvolvimento do interior”.

Para o líder do PS/Vila Real, a delegação da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas “tem tido um papel importante” no apoio aos milhares de emigrantes da região e a um acompanhamento em tempo de regresso ao país natal, como são as épocas de Natal, Páscoa e Verão.

Frisou que o peso daquela delegação “não chega aos 0,002 por cento” no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e salientou o “valor social” das acções desenvolvidas por aquele organismo. O deputado salientou ainda que a reforma institucional da região Demarcada do Douro levará à existência de um organismo interprofissional.

DEBATE SOBRE O FUTURO DO PS

TRABALHAR PARA GANHAR AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Jorge Coelho considerou que o PS pode ser “uma alternativa ganhadora nas próximas eleições, se trabalhar bem, dando resposta aos anseios e aspirações dos cidadãos, em especial os mais desfavorecidos”. Esta posição foi assumida no segundo debate promovido pela Concelhia de Lisboa, que teve também como orador o camarada Vicente Jorge Silva, para quem o PS deve centrar a sua acção em torno de três valores: rigor económico, justiça social e liberdade, no quadro de uma sociedade aberta e cosmopolita.

Num debate moderado por Miguel Coelho, líder da Concelhia, e que foi seguido atentamente por largas dezenas de militantes e simpatizantes do PS que enchem por completo o auditório do edifício novo da Assembleia da República, Vicente Jorge Silva começou por recordar a sua participação na campanha eleitoral das últimas legislativas, que considerou “muito gratificante, do ponto de vista afectivo e humano”.

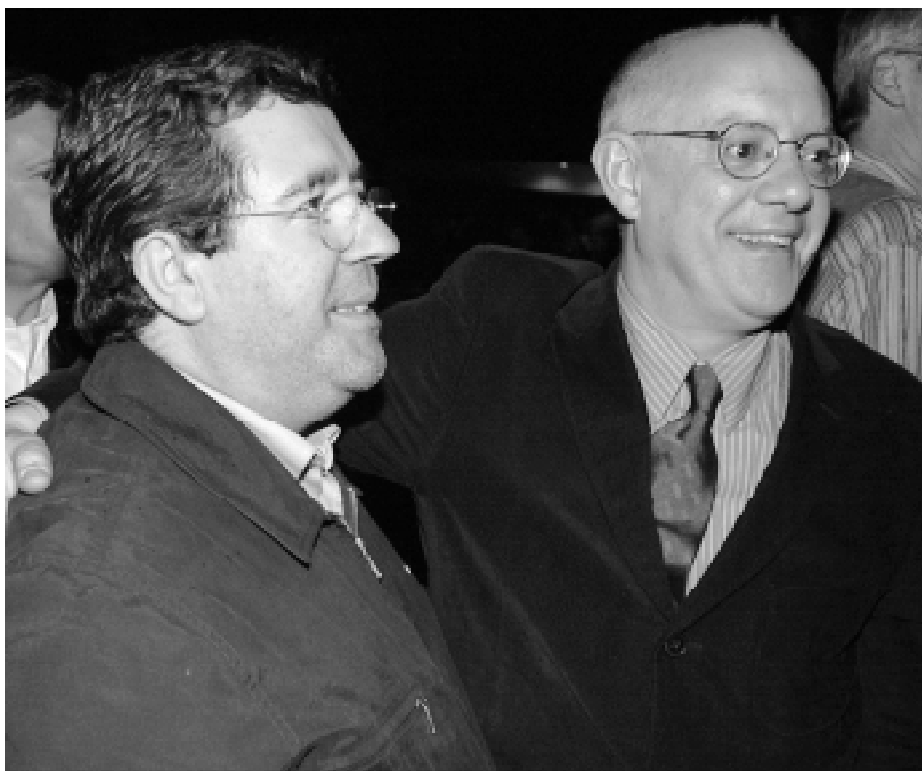
O deputado socialista frisou que “o PS obteve o melhor resultado enquanto oposição”, um “score honroso e auspicioso”, que permite concluir que o partido “não foi maltratado pelo eleitorado, continuando a manter uma capacidade atractiva junto das pessoas”.

No entanto, alertou, importa fazer uma reflexão sobre os motivos que levaram o eleitorado a penalizar o partido. “O PS foi penalizado porque defraudou as expectativas, nomeadamente no segundo Governo”, período caracterizado, na sua opinião, “pelo laxismo, facilismo, e pelo objectivo de agradar a gregos e a troianos, pondo em causa princípios em função de táticas conjunturais, dando um passo e recuando, acabando por não gradar a ninguém”.

As pessoas, adiantou, “cansaram-se de um estilo em que a palavra era rainha, mas não tinha substância”.

Em contraponto, o ex-director do jornal “Público” elogiou a actuação de Ferro Rodrigues, dizendo ter-se revelado como “uma contra-imagem de Guterres”. O actual líder do PS, disse, “cativa as pessoas pela autenticidade que põe na sua acção política”.

Vicente Jorge Silva salientou, por outro lado, a necessidade de o PS fazer “uma psicoterapia, uma catarse interna, para libertar-se dos fantasmas do passado”, como, por exemplo, “os resquícios republicanos” acrescentando que não se trata de o partido renegar o passado. “O



PS deve ter orgulho da sua acção, nomeadamente nas áreas sociais, e da introdução de diálogo e descrepitação social, em contraponto ao economicismo sem alma e autoritarismo ‘light’ existente nos governos de Cavaco Silva”, disse o deputado.

Quanto à renovação do PS, referiu que ela tem de ser feita com os camaradas que “tenham capacidade e vontade para se baterem por três valores centrais: rigor económico, justiça social e liberdade, no quadro de uma sociedade aberta e cosmopolita”.

Defendeu ainda que o PS deve encarar o período na oposição de “forma saudável”, sublinhando que apesar de “o Governo vir fazendo disparates atrás de disparates, o PS tem de saber esperar a sua hora”.

Jorge Coelho, por sua vez, não escondeu algumas divergências em relação a Vicente Jorge Silva, afirmando, nomeadamente, que a ética republicana faz parte do património do PS, e que tinha muito orgulho da obra realizada pelos governos de António Guterres, apesar de reconhecer que foram cometidos muitos erros.

“Fizemos muitos erros, mas na matriz central da nossa actuação, nenhum dos nossos valores foi posto em causa”, sublinhou.

Jorge Coelho criticou a expressão agora em voga entre alguns socialistas de que é preciso construir-se “um novo PS”.

“Da última vez que o PS falou dessa forma, com Victor Constâncio na liderança, levou depois um banho nas eleições”, observou, para depois advertir que a desejada renovação do partido “não se pode fazer contra ninguém” e que não há alvos a abater dentro do partido.

“Mais do que nunca, hoje, tem de haver solidariedade no partido”, sustentou o coordenador da Permanente do PS, que teceu duras críticas ao Governo e a Durão Barroso, a quem acusou de ter falta de sentido de Estado e de praticar uma “política de intimidação do País a todos os níveis”.

Durão não tem sentido de Estado

Jorge Coelho acusou o PSD e PP de não

olharem a meios para atingir os fins, fazendo agora no Governo “o contrário do que prometeram”, e mostrou-se convicto de que “se Durão Barroso tivesse falado verdade, o PSD tinha perdido as eleições”, alertando ainda para o facto do Executivo poder estar a criar condições para o aparecimento de uma crise económica.

Sobre a RTP, reconheceu que o PS cometeu muitos erros, mas considerou que o problema da estação pública não pode ser resolvido “à moda da América Latina”, com despedimentos em massa.

Neste quadro, o dirigente nacional mostrou-se convicto de que se o PS “trabalhar bem, dando resposta aos anseios e aspirações dos cidadãos, pode ser uma alternativa ganhadora nas próximas eleições”.

Para isso o PS deve concorrer sozinho às eleições, “com uma alternativa autónoma de governo, mas sempre numa base de abertura de diálogo com as outras forças políticas”.

J. C. CASTELO BRANCO



MENSAGEM DO PR À ASSEMBLEIA

NECESSÁRIO CLARIFICAR VOTAÇÕES

Jorge Sampaio enviou uma mensagem à Assembleia da República, sugerindo aos deputados que reflectam e tomem posição urgente sobre a segurança do processo de decisão e aprovação parlamentar.

O Presidente da República explica, na carta que fez chegar ao Parlamento, que os "acontecimentos verificados na última legislatura introduziram algumas notas de perturbação e suscitaram algumas incertezas que importa ver dissipadas no estrito interesse do bom funcionamento e da imagem do Estado Democrático, assim como da dignificação e prestígio da instituição parlamentar".

O chefe de Estado aludia à polémica registada no ano passado, na Assembleia da República, em torno do número de deputados que realmente votaram a Lei de Progração Militar (LPM).

Recorde-se que as dúvidas sobre o processo de votação no Parlamento surgiram depois da incerteza em relação ao número de deputados que viabilizaram a LPM.

Até então, a votação era feita por bancadas independentemente do número de parlamentares presentes. Mas, o desacordo em torno da aprovação da LPM (que exigia 116 votos) pôs em causa o "acordo de cavalheiros" que vigorava para a contagem de votos.

Assim, para o chefe de Estado, "torna-se necessário adoptar procedimentos e chegar a soluções regimentais que garantam ou evidenciem a inatacabilidade da regularidade processual de aprovação parlamentar dos decretos que o Presidente da República é chamado a promulgar".

Na sua carta, Jorge Sampaio lembra ainda que, desde o início da Assembleia da República, nunca houve, em geral, "quaisquer indicações



que permitam verificar a existência de quorum deliberativo, nas comissões ou em plenário, ou o número de votos efectivamente obtido pelos decretos enviados para promulgação como lei e respectivas disposições".

Por essa razão, aponta que "há um perigo de incerteza jurídica tanto mais elevado quanto a Constituição exige, em determinados casos, a aprovação por maiorias qualificadas".

"Parece ser altura oportuna para a Assembleia da República, como lhe compete em Estado de Direito com separação de poderes, reflectir e tomar posição global sobre os problemas

suscitados", reitera.

Todos os grupos parlamentares tiveram uma reacção favorável à mensagem do Presidente da República, Jorge Sampaio, sobre a necessidade de clarificação no processo de votação na Assembleia da República, com o líder da bancada socialista a afirmar que "concorda plenamente com o teor da carta".

Parceres

Os pareceres dos cinco constitucionalistas, que acompanharam a mensagem enviada por Jorge

Sampaio à Assembleia da República, lançam várias pistas quanto à revisão do regimento parlamentar. Os documentos seguiram já para S. Bento.

O parecer de Jorge Miranda sustenta que "sem contagem dos votos dos deputados, um a um, não podem ser apuradas as maiorias constitucionalmente exigidas", considerando ser contrário à Constituição o "acordo de cavalheiros" vigente na anterior legislatura, pelo que admite o recurso ao visionamento de imagens televisivas para dissipar dúvidas.

Pelo contrário, Vieira de Andrade considera "válidos ou lícitos" os acordos ou praxes sobre a calendarização das votações, ou sobre as formas ou contagens de votos nas deliberações legislativas, "desde que haja consenso".

Freitas do Amaral refere igualmente que, se houver dúvidas acerca da regularidade de uma votação, "pode e deve o Presidente investigá-las, sendo admissível (...) questionar e pôr em crise a veracidade dos elementos contidos no Diário da Assembleia da República, ou numa versão preliminar autêntica e oficial deste documento." E, se o Presidente concluir que as dúvidas têm fundamento, não deverá promulgar.

Por sua vez, Gomes Canotilho entende que, nos casos em que a Constituição exige maiorias qualificadas, deve constar nas actas do Parlamento a menção expressa do número de deputados presentes e da maioria constitucionalmente exigida para aprovação. Já Galvão Teles defende a revisão dos modos de votação, em conformidade com a introdução do sistema de voto electrónico.

MARY RODRIGUES

ASSEMBLEIA ESPECIAL DA ONU E DA UNICEF

UMA POLÍTICA GLOBAL DA CRIANÇA

Uma "intervenção urgente" no âmbito "da prevenção do abandono escolar, da toxicod dependência e da gravidez de mães adolescentes, no combate contra a pobreza, a violência, os maus tratos e a exploração sexual de menores", foi o apelo deixado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, na Assembleia Geral da ONU sobre a Criança Durante três dias, passaram por Nova Iorque dezenas de chefes de Estado e de Governo para falar sobre o empenho dos seus países na defesa dos direitos das crianças.

Na passada sexta-feira, Jorge Sampaio dirigiu-se à Assembleia Geral, das Nações Unidas, pedindo "uma política global da criança e dos jovens, pensada a partir de um projecto de sociedade".

Essa política, porém, foi difícil de definir, a avaliar pelas dificuldades de chegar a um consenso na cimeira.

A oposição ao aborto e a insistência na abstinência

sexual defendida pelos Estados Unidos dificultou a redacção de um documento final.

Washington contou com o apoio do Vaticano e de alguns países muçulmanos na sua oposição a referências a planeamento familiar que possam incluir o aborto.

Os países europeus, latino-americanos e africanos posicionaram-se do outro lado da barricada neste tema.

Portugal, representado por Jorge Sampaio, afirmou ser "urgente unir esforços e acordar uma agenda exigente e prioritária a favor da criança, garantindo a sua realização rápida e progressiva".

O Presidente frisou que a aquela sessão constituía "uma oportunidade única para reafirmar a nossa responsabilidade pela construção de um mundo em que o direito de ser criança e jovem constitua uma realidade universal, sem quaisquer distinções nem discriminações. Mas, serve também para

reclamar o direito das crianças e dos jovens a uma cidadania própria".

É significativo o que nosso País tem feito em relação à defesa da criança, e Maria José Ritta referiu, intervindo à margem da cimeira num painel de convidados, a redução drástica da mortalidade infantil e o aumento em 20 por cento nos últimos cinco anos da cobertura do pré-escolar.

Todavia, e apesar dos avanços, como reconheceu também Sampaio, "temo-nos contentado em desenvolver políticas parcelares, orientadas para a resolução de problemas concretos, por exemplo, a saúde, a educação, a toxicod dependência". No entanto, "falta uma política global".

Bilateralidades

O Chefe de Estado português esteve reunido em Nova Iorque com o secretário-geral das

Nações Unidas, Kofi Annan, num encontro em foi discutida a situação em Angola, nomeadamente "a avaliação dos próximos passos" no processo negocial.

Jorge Sampaio e Annan concordaram que há "perspectivas positivas" para negociações entre o Governo e a UNITA, "na base do protocolo de Lusaca".

Sampaio aproveitou ainda a sua visita à "Big Apple" para encontros bilaterais com outros estadistas, nomeadamente os presidentes de Moçambique e da Guiné-Bissau.

Na sua passagem pelos Estados Unidos, o Presidente da República manteve contactos com a comunidade portuguesa residente naquele país, tendo presidido à cerimónia da American Foundation, onde foram atribuídos 43 mil dólares às viúvas das quatro vítimas mortais portuguesas do ataque ao World Trade Center.

M.R.

BELARMINO SILVA

GOVERNOS DO PS FORAM POSITIVOS

Belarmino Silva, secretário-coordenador da Secção de Marvila, faz um balanço globalmente positivo dos governos de António Guterres, em especial os primeiros quatro anos, mas lamenta que não tenha avançado a reforma fiscal. Autarca e sindicalista, este camarada diz que apoia incondicionalmente Ferro Rodrigues na liderança do PS, e defende que o partido deve fazer "uma oposição construtiva, apresentando políticas alternativas".

Inscrito no PS desde 1983 por influência de Salgado Zenha, "e porque sou um homem de esquerda", Belarmino Silva, 50 anos, bancário, desdobra-se por dois amores na sua acção política: a actividade de autarca e o sindicalismo.

No plano autárquico, é membro do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila há dois mandatos. "O que me motiva na minha actividade de autarca é estar junto da população e tentar resolver os seus problemas", afirma, acrescentando que "um autarca, para exercer a sua função com êxito, deve ser honesto, trabalhador, nada arrogante, e ter conhecimento da realidade envolvente".

Por outro lado, defende que as juntas de freguesia, por serem o órgão que está mais perto dos cidadãos, "deviam ter mais autonomia, e uma maior delegação de competências".

Belarmino Silva ainda não se conforma com a derrota da coligação de esquerda na Câmara de Lisboa, que, na sua opinião, se deveu "a uma certa arrogância e a uma campanha eleitoral mal conduzida, com falta de empenhamento dos principais protagonistas".

Membro da Comissão de Trabalhadores do Banco Espírito Santo, o sindicalismo é outra das suas paixões. Particularmente crítico com o rumo do sindicalismo, que afirma estar "em crise profunda", defende profundas mudanças na UGT. "Os quadros dirigentes da UGT não são renovados, permanecendo a mesma classe dirigente que está fechada nos seus gabinetes, sem ir com a frequência devida às fábricas e aos escritórios", afirma, para concluir que "quem não é visto, não é lembrado".

Bancário de profissão, Belarmino Silva afirma-se preocupado com a desregulação laboral que impera no seu sector, nomeadamente o trabalho suplementar não remunerado. "Na maioria dos bancos há funcionários que trabalham até às 10 horas da noite", acusa. Por isso, para



combater este abuso, preconiza uma alteração da legislação, que passa por multas por cada trabalhador encontrado em situação ilegal, em vez da multa ser feita por dependência bancária.

Apoio incondicional a Ferro Rodrigues

Belarmino Silva faz um balanço "globalmente positivo" da governação socialista, em especial dos primeiros quatro anos. "O poder de compra dos trabalhadores aumentou, a concertação social foi bem feita, foram implementadas políticas sociais inovadoras, e apostou-se na cultura e na sociedade do conhecimento, entre outras medidas que deixaram uma marca na sociedade portuguesa", sublinha, lamentando no entanto que não se tenha avançado na reforma fiscal, "uma medida fundamental para uma melhor redistribuição do rendimento nacional".

O secretário-coordenador da Secção de Marvila afirma-se completamente identificado com a liderança de Ferro Rodrigues, que considera "um político

com grande carisma, competente, sério e com grande sensibilidade para as questões sociais".

Belarmino Silva considera ainda que o PS

deve fazer "uma oposição construtiva, apresentando sempre políticas alternativas de esquerda".

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS



Político nacional
Salgado Zenha

Político estrangeiro
Olof Palme

Acontecimento nacional
Atentados de 11 de Setembro

Livro
"A Cidade e as Serras"

Escritor
Eça de Queiroz

Filme
"E Tudo o Vento Levou"

Músico
José Afonso

RTP

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO

O PS está totalmente contra a destruição do serviço público de televisão. Esta posição tem sido reiterada quer por Ferro Rodrigues quer por outros dirigentes nacionais, como Manuel Maria Carrilho que já referiu a "irresponsabilidade" das medidas anunciadas. À margem da conferência de imprensa de domingo, o líder socialista desmentiu categoricamente a existência de um pacto entre PS e PSD sobre o futuro da televisão pública. "Não houve uma troca de informações sequer".



Entretanto, a intenção do Governo de alienar um dos canais de televisão pública tem gerado uma onda de protestos quer dos trabalhadores da RTP quer dos mais variados sectores da sociedade portuguesa.

Na terça-feira, largas centenas de pessoas concentraram-se junto à sede da RTP, em protesto contra as propostas do Executivo para a empresa. Uma manifestação de descontentamento que sucede pela terceira vez em menos de uma semana, ontem sob a forma de um concerto que reuniu nomes como Paco Bandeira, Vitorino e Janita Salomé, entre outros. As acções de protesto estenderam-se também ao centro de produção do Porto e a

outras delegações regionais da estação pública. Também na terça-feira, no Parlamento, o ministro da Presidência Morais Sarmiento esteve sob o fogo cruzado dos deputados da oposição, sobretudo do PS, que o acusaram de precipitação e de parecer mais preocupado em resolver o problema de outras televisões. Ontem, o PS esteve reunido com o Conselho de Opinião da RTP e o Grupo Parlamentar do PS recebeu a Comissão de Trabalhadores da empresa.

De salientar ainda um manifesto com 1500 nomes que se encontra a circular em defesa dos dois canais televisivos de serviço público.

Assim o documento, que deverá ser entregue ao primeiro-ministro, personalidades dos mais variadas áreas da vida cultural e científica, Na semana passada, o ex-ministro socialista Augusto Santos Silva afirmou que se alguém tivesse de responder judicialmente pelo "buraco" financeiro da RTP seriam os membros do último Governo de Cavaco Silva, que "tomaram decisões ruins". Santos Silva referia-se nomeadamente às decisões de pôr um "fim intempestivo" à taxa de televisão e de vender a sua rede de emissão, o que "obriga a RTP a pagar hoje 25 a 30 milhões de euros por ano".

Apesar das críticas, o ex-ministro garantiu que o PS está disponível para conseguir com o PSD, em sede parlamentar, uma base de apoio para uma nova forma de financiamento da RTP, "mais compatível com as normas de serviço público", que permitisse "pôr cobro ao clima de guerrilha" que diz haver em torno da televisão pública.

O deputado do PS respondia às declarações do ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, que deixou em aberto a possibilidade de responsabilizar os anteriores membros do Governo que tutelaram a RTP, "se necessário por vias judiciais".

O ex-ministro reafirmou ainda a "total oposição" do PS à alienação da RTP2 e RDP2, considerando que caso a segunda decisão for para a frente "colocará Portugal na situação singular de ser o único país sem uma estação pública de música clássica".

Quanto à poupança que a alienação do segundo canal da televisão traria para os cofres públicos, Santos Silva estima-a em 25 milhões de euros por ano, enquanto "outra medida prevista pelo Governo, o fim rápido da publicidade na RTP, provocaria uma diminuição nas receitas de 50 a 60 milhões de euros".

Também o ex-secretário de Estado da Comunicação Social Arons de Carvalho se pronunciou na semana passada sobre a situação na RTP, afirmando esperar que o novo conselho de administração "não destrua a RTP e o serviço público de televisão", questão "praticamente consensualizada em toda a Europa".

J. C. CASTELO BRANCO

ORDENAMENTO

JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA QUER REVISÃO DO PROT

A Junta Metropolitana de Lisboa (JML), presidida pela autarca socialista Maria da Luz Rosinha, esteve reunida com o ministro Isaltino Morais, para discutir o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) e a constituição da Autoridade Metropolitana de Transportes, medida reivindicada pelos autarcas da região.

Isaltino Morais admitiu a hipótese de rever o PROT, referindo ter "uma opinião muito crítica" em relação ao documento.

Segundo Maria da Luz Rosinha, no seio da JML já foi constituído um grupo de trabalho, com representantes de cada um dos 19 municípios

da região para abordar a questão do PROT. "Pensamos que o PROT é uma boa base de trabalho, mas há situações que precisam de ser revistas", disse o governante, acrescentando: "Não acredito que alguém do Governo tenha lido o PROT. Em oito dias não é possível, não é razoável".

Na reunião com o ministro foi também discutida a constituição de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, um projecto falado há bastante tempo. Para a presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, "é preciso passar da fase da discussão à concretização". Além disso, adiantou, "caso se decida mesmo avançar com

a constituição desta Autoridade Metropolitana de Transportes ou da Mobilidade, é necessário criar legislação específica".

Em cima da mesa estiveram ainda outras duas questões muito importantes para os municípios: a limitação do endividamento das autarquias e o aumento do IVA.

Segundo a presidente a JML, "não é de grande justiça que os municípios sejam agora penalizados para resolver problemas de outra índole. Aliás, essa questão deverá ser analisada caso a caso, município a município e não de uma forma generalista.

Quanto ao aumento do IVA de dois pontos

percentuais, a autarca disse que se trata de uma medida que "não é razoável". Em contrapartida a esta solução, que irá afectar toda a população, a autarca defende "um maior controlo" à fuga ao pagamento do IVA, pois deste modo seria possível obter "receitas superiores àquelas que vão ser conseguidas". A Junta Metropolitana de Lisboa esteve também reunida com o Presidente da República, Jorge Sampaio. No final da audiência, Maria da Luz Rosinha referiu que a Junta conta ter concluída dentro de dois meses uma primeira proposta de alteração da lei em vigor com vista ao reforço das suas competências.

INVESTIGAÇÃO DAS PESCAS E DO MAR

APOLINÁRIO CONTRA FUSÃO DOS INSTITUTOS

O deputado socialista José Apolinário considera um erro fundir o Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA) e o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (Ipimar), sublinhando que é uma decisão "errada, precipitada e incoerente".

O ex-secretário de Estado das Pescas afirma que esta fusão "mistura alhos com bugalhos", e "não vai permitir poupar valores importantes em matéria de despesa pública".

A decisão expressa no Orçamento Rectificativo apresentado na Assembleia da República e insere-se num contexto de várias outras extinções e eliminações de organismos públicos.

A autonomia da investigação das pescas e recursos marinhos não justifica a fusão, considera o deputado socialista.

Além disso, adianta, "a investigação é e deve ser uma componente decisiva na política das pescas".

Segundo Apolinário, o anterior Governo



socialista optou pela investigação na área das pescas, assumindo-a como fundamental para a "implementação de uma nova política de pescas".

A investigação, considera, foi importante na criação de recifes artificiais na Europa, na

dinamização das ciências do mar e da aquicultura, na investigação da sardinha e no controlo da qualidade da actividade pesqueira.

Comunidade científica crítica

Entretanto, para além de José Apolinário, a fusão do INIA e do Ipimar está também a levantar uma onda de críticas por parte da comunidade científica.

Mário Ruivo, presidente da Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas, mostrou-se "surpreendido" e "chocado" com a anunciada fusão, acrescentando que, embora respeite a necessidade de cortes orçamentais, tal "não justifica a adopção de uma política salarizante e pouco transparente, sem consulta aos interessados".

Opinião idêntica tem Humberto Rosa, presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. Referindo que não é contra a ideia das fusões de instituições de investigação

"desde que isso beneficie a investigação", sustenta que neste caso "não se vislumbram justificações para a fusão".

Disparate completo

Também muito crítica é a posição do cientista Miguel Mota, ex-investigador da Estação Agronómica Florestal, que considera a ideia "um disparate completo", frisando que a investigação agronómica e as ciências do mar "são duas coisas diferentes".

Por sua vez, Maria José Costa, vice-presidente do Ipimar no Governo de Cavaco Silva e professora catedrática da Faculdade de Ciências de Lisboa, pergunta: "O que é que a agricultura tem a ver com as pescas?", para concluir que se vai formar "um super-instituto que se vai burocratizar".

Particularmente dura é a posição do investigador Almeida Alves. "É agora que o INIA vai ao fundo, vai meter água", afirma, sublinhando que a fusão é um passo no sentido contrário, no sentido da crescente ingovernabilidade do instituto.

J. C. C. B.



MUNICÍCIOS

AUTARCAS CONTRA FUSÃO DO IND

O deputado socialista eleito pelo círculo de Vila Real, Ascenso Simões, não descortina qualquer lógica na fusão do IND com um organismo que tutele a costa marítima. "O IND foi criado com um objectivo: valorizar a via navegável do Douro, a única via fluvial portuguesa na rede transeuropeia e a única que tem aproveitamento turístico no seu percurso e tem grandes potencialidades económicas como transporte de mercadorias", afirma.

A proposta do Governo de fundir o Instituto de Navegabilidade do Douro (IND) no futuro Instituto dos Portos está também a gerar forte contestação dos municípios ribeirinhos ao Douro e das 12 instituições que compõem o Conselho de Navegabilidade, órgão consultivo do IND.

Reunidos na sede do IND, na segunda-feira, para debater o assunto, os autarcas durienses e o Conselho de Navegabilidade manifestaram o seu "total desacordo" com a possível alteração do organismo duriense, que consideram "um parceiro vital" para o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista meramente económico, referem que a proposta é difícil de compreender, uma vez que o IND é um organismo "exemplar" a nível da gestão pública, lembrando, por exemplo, que os custos com pessoal representam apenas dois por cento no seu orçamento.

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

APROVADA COMISSÃO EVENTUAL

A constituição de uma Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político foi aprovada quinta-feira com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, tendo sido criticada pelo PCP e Bloco de Esquerda.

No debate da passada quarta-feira, o dirigente socialista Alberto Martins disse que, se a reforma do sistema político voltar a falhar, "os cidadãos

não irão perdoar".

Depois, defendeu o teor do projecto de lei do PS sobre a revisão do sistema eleitoral para a Assembleia da República, garantindo que assegurará a proporcionalidade e permitirá a personalização do voto ao eleitor.

A posição de Alberto Martins esteve na origem de uma polémica com o líder parlamentar do CDS-

PP, Telmo Correia, que acusou o sistema eleitoral proposto pelos socialistas de ser confuso.

"O projecto do PS é péssimo", declarou o "popular" deputado, que ouviu Alberto Martins dizer-lhe que a sua intervenção "representava um péssimo sinal para o desejado consenso político".

Apesar de umas certas reservas entre

comunistas e bloquistas, o hemiciclo de São Bento manteve-se num clima de possível consenso alargado para a reforma do sistema político, depois das afirmações já proferidas sobre a urgência da matéria, quer pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, quer pelo primeiro-ministro.

M. R.

CIÊNCIA VIVA

UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO ENSINO EXPERIMENTAL

Centenas de escolas de todo o País, alunos de todas as idades, bem como instituições científicas nacionais e investigadores de renome, juntaram-se para ensinar e brincar com a ciência ao vivo, durante a sexta edição do Fórum Ciência Viva, que decorreu, no passado fim-de-semana, em Lisboa.

Criado em 1996, por Mariano Gago, o Ciência Viva nasceu e cresceu para apoiar o ensino experimental das ciências e das tecnologias nas escolas.

Os frutos desta iniciativa socialista, a julgar pelos milhares de participantes e as várias centenas de trabalhos em exibição, não têm faltado.

Numa área que ocupa todo o Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, com mais de sete mil metros quadrados, exibiram-se centenas de projectos de educação científica em curso nos estabelecimentos de ensino portugueses.

Uma das áreas em destaque nesta edição foi o espaço "Fazer Ciência", que ao longo de dois dias mostrou uma parte dos laboratórios de 18 conceituadas unidades de investigação científica portuguesas.

Extraír ADN (ácido desoxirribonucleico, que codifica a informação genética dos seres vivos), saber como se fazem hologramas ou detectar radiações nucleares foram algumas das actividades propostas.

Mas houve outras novidades. Nesta edição do fórum surgiu, pela primeira vez, uma área autónoma dedicada à robótica – a "Robótica ao Vivo" –, onde decorreram actividades de competição entre robôs criados por alunos dos ensinos secundário, superior e profissional.

Outra inovação foi o espaço "Oficina Web", onde uma equipa de técnicos de informática, ilustradores e *web designers* acompanhou e orientou os professores na criação de páginas na Internet.

Assim, a Ciência portuguesa continua viva e em movimento. Entre os participantes no evento havia a firme convicção de que "o Ciência Viva veio revolucionar completamente o ensino da ciência experimental nas escolas", prevalecendo a ideia de que a iniciativa "deve continuar".

Como nasce um projecto

Este é já o sexto ano consecutivo que o Fórum Ciência Viva abre as portas à sociedade para mostrar um ano de trabalho de ensino experimental da ciência, nas mais variadas áreas, feito nas escolas de todo Portugal. O processo começa no início do ano lectivo, altura em que os professores propõem projectos



a realizar ao longo dos vários períodos de aulas, que têm por objectivo pôr a trabalhar em conjunto investigadores de várias instituições, que fazem da ciência a sua profissão, com alunos de escolas, dos vários níveis de ensino,

e os respectivos professores. Os projectos, então, são analisados pela agência Ciência Viva e, se considerados positivos, recebem incentivos, que podem passar pela atribuição de material, que reverte

no fim para os estabelecimentos de ensino, ou apoio na elaboração de *sites* e páginas na Net, através da Unidade de Apoio à Telemática Educativa.

Recorde-se que o embrião deste programa de apoio ao ensino experimental das ciências surgiu em há cerca de seis anos, com a então criada Unidade Ciência Viva, por despacho do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) dirigido por José Mariano Gago.

O objectivo era "apoiar as acções dirigidas para a promoção da educação científica e tecnológica na sociedade portuguesa, com especial ênfase nas camadas mais jovens e na população escolar dos ensinos básico e secundário", conforme pode ainda ler-se no sítio na Internet do projecto em <http://www.cienciaviva.pt>.

Para além da ciência nas escolas, o Ciência Viva tem vindo ainda a promover acordos entre escolas e instituições científicas, que oferecem estágios de Verão aos alunos, e iniciativas de divulgação científica viradas para a sociedade em geral, como é o caso da iniciativa Geologia no Verão.

E há ainda a rede de Centros Ciência Viva, que conta já com o Planetário do Porto, o Visionarium da Feira, o Exploratorium de Coimbra, o Pavilhão do Conhecimento em Lisboa, e o Centro Ciência Viva de Faro. Recentemente juntou-se à rede o Planetário Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e estão previstos mais três centros para a Amadora, Estremoz e Tavira.

MARY RODRIGUES

EXTINÇÕES INADMISSÍVEIS

Entre os milhares de pessoas que estiveram presentes no fórum – que terminou com uma noite dedicada à observação das estrelas (e dos planetas, que se apresentam nesta altura numa curiosa conjugação) – não estiveram apenas alunos e professores.

À espera do actual titular da pasta das ciências estava o seu antecessor, que voltou à física e à direcção do LIP.

Auxiliado por outros cientistas, Mariano Gago explicou a Pedro Lynce, e a quem quis ouvir, como funcionam os cabos de fibra óptica, os detectores de partículas, e o que são telescópios de radiações cósmicas, áreas onde a investigação do LIP se destaca.

"É bom voltar a pôr no casaco o cartão de investigador", confessou o físico. Apesar de tentar não deixar fugir as atenções, o actual ministro não conseguiu escapar às questões políticas relacionadas com a extinção de organismos herdados do Governo PS pela sua tutela, nomeadamente do Observatório das Ciências e Tecnologias, do Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional e do Instituto de História da Ciência e da Técnica (IHCT).

"O Observatório [das Ciências e Tecnologias] e o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional são organismos indispensáveis", reconheceu o governante, alegando que "só se trata de uma extinção no sentido de que vai haver uma reestruturação e passam a ser geridos por uma nova lei orgânica".

Ao que parece, ao anunciado fim das instituições em causa seguir-se-á a criação de novos organismos similares que passarão a gerir também o Ensino Superior.

A agitação provocada pela recente extinção e reestruturação de instituições científicas anunciadas pelo Governo laranja foi desdramatizada por Lynce, que se escudou num jogo impreciso de palavras, afirmando que certas extinções são, afinal, reestruturações pelo que "tudo não passa de uma questão de interpretação".

A concretizar-se a proposta da extinção dos institutos, Mariano Gago referiu que "seria um desmantelamento irracional e lesivo do sistema científico com uma consequente perda de capacidade competitiva para o País".

Recorde-se que foi durante o mandato de José Mariano Gago, um dos criadores do Fórum Ciência Viva, que surgiram o Observatório das Ciências e Tecnologias, o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional e o Instituto de História da Ciência e da Técnica.

Em declarações à Imprensa, o ex-governante anunciou que o Executivo devia esclarecer a questão relativa às instituições criadas para catalisar a modernização e o desenvolvimento do País, classificando como "inadmissível" a extinção destes organismos.

M.R.



O secretário de Estado das Obras Públicas foi a Olhão cortar mais uma fita "rosa". Foi aberta ao trânsito, no passado dia 11, a ligação entre a EN125 e a Via do Infante, um troço mandado construir durante a administração socialista, no nó próximo de Moncarapacho, numa extensão total de 7,5 quilómetros. A nova via, imediatamente disponível ao tráfego, constitui uma alternativa à Estrada Nacional 398, estrada de características sinuosas em algumas zonas do percurso, que passa por vários aglomerados populacionais. O acesso à Via do Infante faz-se agora através de duas ligações em rotunda, uma com a EN125, no início, e outra, no final, com a EN398, e ainda de um nó com a EN398 ao quilómetro 3. A construção da nova via obrigou a 11 restabelecimentos com um total de mais de dois quilómetros e à execução de mais de 6,1 quilómetros de caminhos paralelos. O empreendimento, da responsabilidade do Instituto para a Construção Rodoviária (Icor), custou 11,36 milhões de euros. No acto inaugural deste troço, o novo responsável pelas Obras Públicas do Governo



OBRAS SOCIALISTAS

MAIS FITAS ROSA PARA DURÃO

laranja assegurou que a auto-estrada entre Lisboa e o Algarve (A2) estará concluída dentro do prazo de execução definido pelo anterior Executivo do PS, ou seja, no final de Julho. Entretanto, duas novas pontes, um viaduto e 12 quilómetros da parcialmente reconstruída EN256, em Mourão, entraram ao serviço. Os empreendimentos projectados e executados em grande parte durante a administração do PS integram-se na empreitada do restabelecimento da rede viária na região da barragem do Alqueva, no valor total superior a 25 milhões de euros (mais de cinco milhões de contos), segundo informou o Instituto de

Estradas de Portugal. Esta empreitada do Icor inclui ainda um troço da EN385 (7,4 quilómetros, um entroncamento e dois cruzamentos) e duas novas pontes, uma sobre o Barranco de S. Leonardo, na EN256, e na Ribeira de Alcarache, na EN385, integrados numa segunda fase. Foram igualmente inaugurados 12 quilómetros de via nova até Mourão da EN256, que liga S. Maços/Évora/Reguengos de Monsaraz/Mourão, dois entroncamentos, uma rotunda na EN256-1 com iluminação e a ligação à EN385, entre Mourão e S. Leonardo.

M.R.

Mário Soares esteve presente no sábado na inauguração de uma exposição, no Instituto de História, da Ciência e da Técnica, em Coimbra, sobre a vida e obra do cientista Bento de Jesus Caraça, que foi também um destacado opositor ao Estado Novo.

SOARES INAUGURA EXPOSIÇÃO SOBRE BENTO DE JESUS CARAÇA

Segundo o presidente do Instituto de História, da Ciência e da Técnica/Museu Nacional da Ciência e da Técnica (IHCT/MNCT), Paulo Trincão, esta é mais uma mostra demonstrativa da vitalidade e importância do instituto, inserindo-se no âmbito do trabalho que a casa que dirige vem desenvolvendo ao longo dos últimos dois anos, em Coimbra. Criada pela Fundação Mário Soares, a exposição foi organizada pelo IHCT/MNCT, com a colaboração do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS-20 - uma instituição da Universidade de Coimbra). A mostra ficará patente no palacete Sacadura Bote (à Sé Velha) ao longo de 120 metros quadrados. O professor Paulo Trincão explicou que se trata de "uma exposição intimista, para se dar a conhecer fotos e documentos

sobre a vida do grande cientista português e cidadão que foi Bento de Jesus Caraça". Os documentos e fotos patentes, recorde-se, foram confiados pela família de Bento de Jesus Caraça à Fundação Mário Soares. "Estamos a dar passos seguros para se construir uma estrutura que consiga conciliar a investigação científica na história da ciência e da técnica com a moderna museologia de ciência", acrescentou Paulo Trincão. Quanto à proposta apresentada pelo Governo de extinção do IHCT/MNCT, Paulo Trincão referiu que é uma "perda importante para o país" acabar-se com a instituição que dirige, que nem teve ainda tempo suficiente para se implementar. O IHCT/MNCT continua a acreditar na importância do seu trabalho, estando disponível para cumprir a missão que lhe foi

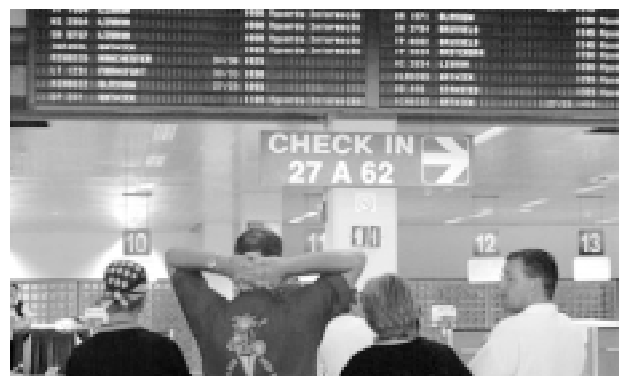
confiada, acrescentou. "Parece-nos a todos que a importância de uma instituição como esta tem sido inequivocamente demonstrada nos pouco mais de dois anos que esta casa tem de vida", disse. Na sua opinião, a presença de Mário Soares no dia da abertura da exposição demonstra o reconhecimento da importância nacional do Instituto. O IHCT/MNCT promoveu nos seus dois anos de existência mais de 10 exposições, publicou um livro de capa dura (250 páginas) com mais de 500 fotos e documentos sobre a vida e obra do físico Mário Silva, e acolheu cerca de 60 mil visitantes. O IHCT/MNCT é membro activo do Comité internacional de museus da Ciência e da Técnica, da UNESCO, e neste momento

acaba, inclusivamente, de vender uma exposição que produziu ao Museu de Ciências da Corunha, Espanha, gerando dessa forma receitas próprias. A sua intervenção cultural permitiu ainda incentivar diversas actividades da área da Cultura, como Teatro e Dança, nas suas instalações. Encontra-se actualmente a finalizar o lançamento de um programa radiofónico de divulgação científica chamado "Conciência", a produzir com a Rádio Universidade, estando prevista sua distribuição por todas as rádios regionais. Com um orçamento da ordem dos 60 mil contos, o Instituto fechou a sua conta de gerência com mais de 231 mil contos gerados com a candidatura a projectos nacionais, internacionais e patrocínios.

MANUEL DOS SANTOS PEDE

POSIÇÃO DEFINITIVA DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE OTA

O eurodeputado socialista Manuel dos Santos quer saber a posição oficial e definitiva da Comissão Europeia (CE) sobre o projecto de construção de um aeroporto de dimensão nacional na Ota. No requerimento que entregou no Parlamento Europeu, Manuel dos Santos pede explicações sobre "a avaliação que o executivo comunitário faz deste investimento no quadro da política de acessibilidades financiadas pelo Fundo de Coesão". Sendo certo que esta obra é "de importância estratégica e de reconhecida envergadura" que o Estado português só poderá realizar "com o recurso a fundos estruturais comunitários", o eurodeputado solicita à CE informações sobre "a situação actual do respectivo projecto de financiamento", que poderá contar com uma comparticipação comunitária na ordem dos 50 por cento.



AS INCOERÊNCIAS DO GOVERNO



EDITE ESTRELA

reduzir os encargos que nunca foram seus.

Por outras palavras, os cidadãos bem instalados na vida, com chorudos rendimentos e mais-valias, que praticam subfacturação e declaram apenas o correspondente ao salário mínimo nacional e que, por isso, não pagam impostos, vão cumprir o seu dever de cidadania (saberão eles o significado da palavra?!), declarando os reais rendimentos e pagar os impostos correspondentes, porque o Governo lhes exige menos que aos restantes contribuintes? Claro que não, a menos que sejam mesmo obrigados. E isso só se consegue com fiscalização apertada. Portanto, do que precisamos urgentemente é de medidas eficazes de combate à evasão fiscal.

Na recente campanha eleitoral para as eleições legislativas, o líder do PSD e candidato a primeiro-ministro prometeu tudo a todos. Baixar os impostos, subir as reformas e reduzir o défice público.

A medida prioritária era o faladíssimo «choque fiscal» e nele assentou praticamente toda a campanha do Dr. Durão Barroso. Reduzir o IRC era o caminho mais directo para fazer de Portugal um «dos regimes mais competitivos da Europa, em termos fiscais», justificava o candidato. Baixar o escalão mais alto do IRS era outra promessa prioritária e também ela com justificação a preceito: «mais vale ter impostos moderados que as pessoas paguem do que impostos elevados que as pessoas não pagam». Como se quem se habituou a não pagar impostos os passasse a pagar só porque lhe prometem

As promessas do candidato a primeiro-ministro eram umas e as medidas do primeiro-ministro são outras. Por coincidência, antagónicas.

Onde se falava de baixar os impostos, fala-se agora de subir. Subir é o caminho, aumentar a receita é a meta e pagar é o verbo que somos obrigados a conjugar.

Mas já nem é isto que está em causa, uma vez que o «choque fiscal» foi relegado para as calendas e a descida dos impostos foi chão que deu votos e só para isso terá servido. As promessas do candidato a primeiro-ministro eram umas e as medidas do primeiro-ministro são outras. Por coincidência, antagónicas.

Quer dizer que, agora, no Governo e decorrido pouco mais de um mês, o mesmo líder do PSD propõe-se fazer o contrário do que havia prometido.

Onde se falava de baixar os impostos, fala-se agora de subir. Subir é o caminho, aumentar a receita é a meta e pagar é o verbo que somos obrigados a conjugar.

Para já, vamos pagar mais 2 por cento na aquisição de todos os bens de consumo, dos sapatos aos detergentes, das fraldas ao vestuário, do telefone ao café. Tudo o que comprarmos para vestir e calçar, para beber e limpar, seja de primeira qualidade ou sem qualidade alguma, tudo será mais caro, tudo custará mais 2 por cento.

E não venha o Governo e os partidos que o apoiam com a demagogia de que quem mais compra é quem mais paga, para concluir que o aumento do IVA penaliza mais os ricos, porque consomem mais. Tal argumento representa um insulto a quem vive do rendimento do seu trabalho, auferindo um salário que mal dá para viver e paga os impostos correspondentes.

É completamente diferente ter de pagar mais 2 por cento na aquisição de um carro topo de gama ou para comprar um utilitário. Mesmo em relação aos bens de primeira necessidade, não faz a mesma diferença a quem ganha 5000, 10000 euros ou mais suportar tal aumento. Para quem já agora o mês é longo e o salário curto, como vai ser?

E como um mal nunca vem só, o Governo para «ajudar» os jovens casais vai acabar com as bonificações nos novos empréstimos para aquisição de habitação própria. Mais uma vez, quem mais precisa é que é afectado. Neste caso, os jovens em início de vida e as famílias com poucos rendimentos.

Como é que o actual presidente da Câmara de Lisboa vai compatibilizar esta medida com a promessa de trazer os jovens para o centro da cidade? Ou estava a pensar nos filhos de pais abastados?

Onde está a coerência, senhores governantes?

QUANDO O CHOQUE FISCAL SE TRANSFORMOU NO CHOQUE SOCIAL



MARK BOBELA-MOTA KIRKBY

das mais-valias, acenando ainda com a cenoura das privatizações.

À classe média e aos segmentos da população mais fragilizados prometeu também este mundo e o outro, do aumento das pensões e do salário mínimo, a mais dinheiro para os idosos e para as pessoas com deficiência, tudo isto no contexto daquilo que para o PSD era o problema central que urgia resolver: o descalabro das finanças públicas, em que o défice rondaria os 5 por cento do PIB (hoje, sabemos que está muito abaixo). Ou seja, um programa que ao mesmo tempo que prometia medidas que implicavam uma fortíssima redução da receita pública e outras que exigiam um aumento significativo das despesas sociais, elegia como desígnio nacional o equilíbrio das contas do Estado.

Todos intuimos que por detrás desta confusão programática pouco séria e já de si descredibilizadora da política e dos partidos estaria um outro programa para a governação, o verdadeiro programa, um programa escondido.

Ora bem, passado mês e meio já se percebeu que os piores receios de alguns se vieram afinal a verificar:

Tornou-se claro, na campanha eleitoral, que Durão Barroso apresentou ao País um programa que, no pouco que tinha de concreto, servia essencialmente um único objectivo: prometer tudo a todos, tudo e o seu contrário, deixando tudo em aberto para o dia seguinte às eleições. Em qualquer palco, e dependendo da audiência, o discurso ia mudando a uma velocidade desconcertante e insistentemente leve. De manhã tínhamos o discurso social, à tarde éramos brindados com o discurso liberal e, ainda antes do cair da noite, despontava o discurso conservador em torno de temas como os da autoridade do Estado, da segurança e da família.

Ao empresário e aos mais ricos o PSD prometeu um choque fiscal feito à medida das suas aspirações mais ambiciosas, com descidas de IRC e dos escalões superiores do IRS, recuo na tributação

A lógica do PSD, percebe-se agora, é de um paternalismo e de uma condescendência sem precedentes, já que assenta no pressuposto de que nas campanhas eleitorais não se podem revelar as reais intenções de governação aos portugueses porque estes não têm o discernimento necessário para entender o que é melhor para eles.

o PSD enganou as pessoas para poder ganhar as eleições, de uma forma inaceitável, porque pouco democrática, e é isto que nesta fase deve merecer o mais vivo repúdio. A lógica do PSD, percebe-se agora, é de um paternalismo e de uma condescendência sem precedentes, já que assenta no pressuposto de que nas campanhas eleitorais não se podem revelar as reais intenções de governação aos portugueses porque estes não têm o discernimento necessário para entender o que é melhor para eles.

O programa do Governo é efectivamente o programa eleitoral do PSD com a subtração das medidas relacionadas com as políticas de solidariedade e protecção social e, mais surpreendente, mesmo naquilo que em princípio mais iria ao encontro das expectativas dos agentes económicos, o que vemos é o abandono das medidas que teriam neste campo um impacto transversal e o assumir apenas daquelas que beneficiam cirurgicamente certos grupos de interesses. Veja-se, a este propósito, a proposta de privatização e de abandono da publicidade na RTP, ou a revogação da tributação das mais-valias. Já o que tinha que ver com a diminuição geral do IRC e diminuição dos escalões mais altos do IRS ficou na gaveta. As classes trabalhadoras também já perceberam que o que para ai vem é exactamente o contrário do que foi prometido e que são elas que exclusivamente vão financiar o reequilíbrio orçamental: os impostos eram para descer, afinal sobem. E sobem aqueles que, como é o caso do IVA, penalizam sobretudo as pessoas que têm de afectar a maior parcela do seu rendimento ao consumo de bens de primeira necessidade e que não têm qualquer pendão redistributivo. Prometeu-se, como uma das formas de financiar o défice, o fim de alguns benefícios fiscais para as empresas, em especial os das sediadas na zona franca da Madeira, e a primeira medida nesta área passa por acabar com os benefícios financeiros à compra de habitação por parte das pessoas com maiores dificuldades, designadamente pobres e jovens. E por aí em diante.

Alguns analistas têm minimizado a leitura política que se deve fazer deste despojado abandono por parte do PSD de algumas das suas promessas eleitorais mais emblemáticas, considerando que é aceitável alguma demagogia num cenário de campanha. Não é disso que se trata aqui. Quando a generalidade dos analistas também reconhece que, tivesse o PSD apresentado com honestidade na campanha eleitoral, as medidas que preconiza agora no orçamento suplementar, e a vantagem de 2 por cento que obteve sobre o PS se teria esfumado, então é justo considerar que está posta em causa a legitimidade política e democrática do novo Governo. Um imperativo de democracia e de respeito pelos eleitores exige que, independentemente das considerações de mérito sobre as medidas que estão em cima da mesa, o PSD seja responsabilizado politicamente pela reserva mental que esteve por detrás das promessas feitas aos portugueses que nunca teve intenção de cumprir.



COMISSÃO EUROPEIA

POLÍCIA COMUM PARA PRESERVAR SEGURANÇA NA



Combater o sentimento de insegurança das populações europeias através de um pacote de medidas que inclui a constituição de uma polícia comum de fronteiras foi a ideia defendida pelo comissário para a Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino.



A Comissão Europeia propôs aos Quinze a criação de um corpo de polícia europeia de fronteiras para controlar a imigração ilegal. O objectivo é conseguir uma gestão integrada das fronteiras exteriores marítimas e terrestres dos vários países da União Europeia (UE), que deverão repartir os encargos e constituir com os seus elementos essa nova força de autoridade. Numa primeira fase, este corpo europeu poderá exercer verdadeiras missões de vigilância das fronteiras exteriores, a começar pelas fronteiras marítimas, com equipas mistas compostas por diversas nacionalidades. As equipas deverão contar com lanchas, helicópteros e aviões equipados com meios electrónicos compatíveis e suficientemente sofisticados para operações conjuntas e

permanentes. As operações de vigilância serão reforçadas por polícias fronteiriças e ainda por satélites e radares. O sistema de satélites Galileo é também encarado como um "exemplo de instrumento de alta tecnologia europeu que poderá dar uma nova dimensão à fiscalização e vigilância das fronteiras externas por parte de uma polícia comum". Os agentes desta guarda de fronteiras deverão ter competência para proceder a detenções, de forma a poderem cumprir com as regras comuns das fronteiras exteriores. "A sua acção não substituirá as responsabilidades dos agentes de fronteira de cada Estado-membro, mas será um elemento complementar e de reforço do controlo", disse António Vitorino, o comissário europeu para a

Justiça e Assuntos Internos que apresentou a proposta, que deverá ser discutida no Parlamento Europeu e no Conselho de Ministros. A Comissão Europeia propõe que enquanto se prepara esta força para estar no terreno dentro de poucos anos, deverão ser tomadas medidas imediatas, no prazo de um ano. Medidas legislativas construídas na base do acordo de Schengen e medidas operativas, como a criação de uma comissão de especialistas. Para já, a ideia é apenas formar uma unidade, centrada em Bruxelas, que agrupe todos os directores dos serviços de estrangeiros e fronteiras dos vários países da UE. Estes responsáveis deverão coordenar e dirigir projectos no terreno (em particular em situações de crise), avaliar necessidades operacionais e procurar uma convergência das políticas nacionais no que toca aos recursos humanos e materiais. Mas o pacote de medidas, a concretizar a médio

prazo, preconizado pelo principal responsável pela política de segurança e imigração na Europa comunitária, não se fica por aqui, pretendendo também fazer face a todas as ameaças securitárias que os Estados-membros passaram a enfrentar nos últimos tempos e às que poderão crescer com o alargamento aos países de Leste. Segundo o comissário António Vitorino, "chegou a hora de adoptar uma abordagem comum na estreita colaboração com os futuros Estados-membros", porque "só soluções europeias podem responder a questões transnacionais". Os principais objectivos destas medidas são, segundo a Comissão Europeia, o combate a todas as "ameaças externas e internas colocadas pelo terrorismo", bem como pela criminalidade organizada ligada à droga; o aumento da eficácia na luta contra a imigração ilegal e contra o tráfico de seres humanos, dentro do "respeito dos princípios do direito de asilo"; e a garantia de segurança na União Europeia após o alargamento a leste, "que terá como efeito um aumento considerável das fronteiras externas num ambiente regional que

LUTA CONTRA "DESINFORMAÇÃO"

Reticências a Norte

O comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos denunciou a existência de "agências de desinformação organizadas a funcionar em matéria política, e em países de cinco países da União Europeia, que fala no âmbito de uma iniciativa do Instituto Superior de Comunicação e Empresarial, destinada a assinalar o Dia da Europa sobre os direitos da cidadania e da comunicação na União Europeia", pelouro por questões jurídicas e de cidadania e de comunicação. O comissário destacou a actividade das referidas "agências de desinformação" e nomeadamente, durante o referendo dinamarquês, o apoio da "Central de Informação e de Comunicação da União Europeia", mas foi a reacção rápida do domínio da comunicação. A "Central de Informação e de Comunicação" também de desinformação, que opera no âmbito dos acordos de Schengen sobre a livre circulação de pessoas e a melhoria da qualidade dos critérios de fronteira europeias. "Solidariedade" e "cooperação" são conceitos que prevalecem sobre as referências a valores económicos, pelo que o comissário manifestou-se convencido de que "há um óptimo património de imagem que pode ser melhor explorado". António Vitorino reconheceu, porém, que "não é fácil conquistar hoje espaço num sistema mediático onde se dá prioridade às emoções mais fortes".

M.R.

CONSELHO DA EUROPA

TERRORISMO NA MIRA DOS PARLAMENTOS

Há uma "necessidade imperativa" de concertação internacional no combate aos crimes terroristas e de uma firme condenação do terrorismo. A conclusão foi expressa na declaração final da cimeira de Zagreb, que juntou, na semana passada, os líderes dos Parlamentos dos 42 países do Conselho da Europa. O debate na capital croata centrou-se na Carta dos Deveres dos Estados, apresentada pelo presidente do Bundestag alemão, e que pretende vincular os diversos países ao cumprimento de dez normas, entre as quais a

"protecção do direito de todas as pessoas à vida", a "garantia de independência do poder judicial", o "reconhecimento do direito de liberdade de expressão", ou ainda a "realização regular de eleições livres com escrutínio secreto". Estas metas, que para um país como Portugal podem hoje parecer desajustadas, devem ser entendidas à luz da situação ainda existente em muitos outros países pertencentes ao Conselho da Europa, como os Estados do Leste europeu. A proposta de Carta dos Deveres dos Estados

esteve em discussão mas não foi aprovada. Vários países propuseram alterações. Havia, por exemplo, quem questionasse se a forma como estava referido o respeito pelo direito à vida não colidia com legislação que permita a interrupção voluntária da gravidez. O documento considera ainda necessário que os diversos Parlamentos nacionais (naturalmente que o português incluído) "criem comissões especializadas para avaliar e controlar a acção dos governos em matéria de luta anti-terrorista" e que servirão para debater as iniciativas governamentais com o intuito de

zelar pelo respeito rigoroso dos Direitos Humanos. No caso português não é previsível, pelo menos a curto prazo, a criação de mais uma comissão, depois da recente polémica em torno da redução do número das que já existiam. As matérias relacionadas com Direitos Humanos e garantias das pessoas, bem como os assuntos de segurança, são normalmente tratadas pela Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

M.R.

PARLAMENTO EUROPEU

SOCIALISTAS DEFENDEM RELANÇAMENTO DO TURISMO



A eurodeputada socialista Helena Torres Marques defendeu o relançamento do turismo a nível europeu, com base numa política de promoção adequada e incentivos fiscais. Saudando o facto de o turismo ter sido alvo de debate no Parlamento Europeu (PE) – “algo que tem sido raro” –, Torres Marques salientou a importância do sector a nível da União Europeia (UE), com dois milhões de empresas que contribuem com cerca de cinco por cento para o produto interno bruto (PIB) e emprego. Segundo a eurodeputada, “o Turismo é um sector essencial para a União Europeia, pela riqueza que gera, pelos empregos que cria e pela contribuição que dá para a manutenção do património cultural e histórico da Europa”. “Mesmo ao nível da política regional, ao potenciar o crescimento e o emprego em zonas menos desenvolvidas e na periferia e ultraperiferia da Europa”, afirmou Torres Marques ao intervir no debate do seu Relatório.

Outros dos argumentos referidos pela eurodeputada socialista para que a UE passe a dar mais importância ao sector, relacionam-se com facto de não de tratar de uma “indústria que possa ser deslocalizada” e de ser importante para “potenciar o emprego em zonas periféricas da UE”. Helena Torres Marques defendeu, assim, a criação de uma base jurídica para o turismo europeu no Tratado – o que significará a existência de uma política comum – a aplicação ao sector de uma taxa mais baixa de IVA e um programa promocional dos destinos turísticos europeus a nível internacional. Outro ponto de especial importância, ressaltado pela eurodeputada, é a aplicação do regulamento sobre os pagamentos transfronteiriços em euros a partir de 1 de Julho deste ano, que implicará o fim das comissões cobradas pelos bancos em caso de pagamentos e levantamentos efectuados por cartão bancário na Zona Euro.

M.R.

CONVENÇÃO SOBRE FUTURO DA EUROPA

ESCOLHA LARANJA SURPREENDE PS

A substituição de João de Valleria como representante do governo português na Convenção sobre o futuro da Europa “apanhou de surpresa” o PS. O primeiro-ministro português não consultou nem informou previamente o Partido Socialista sobre a sua decisão de substituir o representante do governo português na Convenção sobre o futuro da Europa, que está a debater a próxima reforma da União Europeia. Durão Barroso escolheu o antigo ministro das Finanças Ernâni Lopes para substituir o embaixador João de Valleria, nomeado pelo Executivo de António Guterres para a Convenção depois de consulta prévia ao líder do PSD.



O dirigente socialista António José Seguro disse, em declarações à Comunicação Social, que a decisão do primeiro-ministro apanhou o PS “de surpresa”, pelo que “só pode ser entendida à luz de motivos muito fortes” que os socialistas desconhecem e sobre os quais vão pedir explicações na próxima reunião da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros. Seguro considera que a decisão do Governo laranja contraria declarações anteriores de Durão sobre a importância da escolha de uma “personalidade consensual” entre os dois principais partidos portugueses. Mas, “até obter os esclarecimentos pretendidos, o PS não se manifestará sobre o nome de Ernâni Lopes”, adiantou António José Seguro.

M.R.

SCHROEDER E BLAIR

SOLIDARIEDADE DEMOCRÁTICA VERSUS EXTREMISMOS

A escalada do populismo e da extrema-direita na Europa mereceu a total reprobção do primeiro-ministro britânico Tony Blair e do chanceler alemão Gerhard Schroeder durante uma conferência realizada em Berlim. O reforço do nacionalismo é “um problema para a integração na União Europeia”, considerou Schroeder, referindo-se aos bons resultados eleitorais dos partidos populistas ou de extrema-direita, nomeadamente em França e na Holanda. Por seu lado, Blair pediu a “todos os democratas” que ultrapassem as clivagens políticas tradicionais e sejam “solidários” contra “as tendências extremistas”. Na ordem de trabalhos dos dois chefes de Governo, que se tinham encontrado pela última vez em Londres, no passado mês de Abril, estiveram ainda assuntos como a crise no Médio Oriente, a luta contra o terrorismo e o alargamento da União Europeia. Para Tony Blair, a situação no Médio Oriente é “perigosa e trágica”. Segundo o britânico é necessário que os esforços de paz também englobem “medidas de segurança” e “progressos políticos”. Por seu lado, Schroeder garantiu que Berlim e Londres são favoráveis a uma conferência internacional e mostrou-se convencido de que o “quarteto”, composto por Estados Unidos, União Europeia, Nações Unidas e Rússia, vai resolver a questão. Entretanto, realizaram-se, ontem, eleições legislativas na Holanda, cujo resultado se afigura incerto, mas com as sondagens a apontarem para a vitória dos partidos de direita populistas. À hora de fecho desta edição ainda não eram conhecidos os resultados.

M.R.

INTERNACIONAL SOCIALISTA

OLHOS POSTOS NA VENEZUELA



A crise institucional que assolou a Venezuela em meados de Abril passado tem gerado “angústia na família socialista”. A Internacional Socialista (IS) está preocupada com a situação da democracia venezuelana e pela falta de respostas institucionais aos desejos de grande parte da população venezuelana. “O quadro institucional das liberdades não responde às grandes expectativas da democracia de hoje, porque quando vários sectores da sociedade venezuelana procuram respostas é porque existem carências”, recordou Luís Ayala, secretário-geral da IS. O dirigente socialista terminou deslocou-se à Venezuela, numa visita de três dias, onde manteve contactos com partidos políticos e várias associações, entre elas a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV). Segundo Ayala, após o “difícil” percurso dos partidos políticos venezuelanos na década de 90, que os levou aos níveis mais baixos de apoio social com a chegada do presidente Hugo Chávez ao poder, em 1999, não houve respostas satisfatórias porque se ignorou uma agenda de “problemas reais”. Verificou, após os seus contactos em Caracas, que na crise de Abril existiram muitas variáveis, começando pela expressão pública de descontentamento de “milhares de cidadãos preocupados com o défice da democracia”. “Há uma grande distância entre o que as pessoas esperam e o que sucede na Venezuela”, denunciou Ayala, que não manteve contactos com o Executivo de Chávez nem com os partidos que o apoiam. O político chileno informou que no próximo Congresso da IS, a realizar entre 31 de Maio e 1 de Junho em Casablanca, Marrocos, poderá ser tomada uma posição sobre a situação na Venezuela.

M.R.

Estão assim esboçadas as balizas para os caminhos de futuro que a Sociedade Portuguesa, a Esquerda Moderna e o PS são chamados a percorrer. Caminhos em que a dicotomia entre a viragem à esquerda ou a fixação ao centro é uma dicotomia irrelevante e meramente retórica.

CAMINHOS DE FUTURO

Com sentido de oportunidade, decidi o "Acção Socialista" lançar um debate sobre o futuro do PS. É um debate fundamental, cujo âmbito vai muito para além das fronteiras do Partido e interfere de forma clara com o futuro da Esquerda e com o futuro de Portugal.

A sociedade global e a sociedade portuguesa têm sofrido mudanças e rupturas decorrentes da afirmação da economia e da sociedade do conhecimento, que são realidades voláteis por natureza, avessas à demarcação de fronteiras ou territórios e sujeitas a múltiplos factores de progresso e de risco.

Esta volatilidade e fluidez estrutural faz abanar os pilares tradicionais da democracia e gerar novas ansiedades e interrogações aos cidadãos eleitores.

O desafio que se coloca ao PS é o de formular políticas e práticas credíveis, capazes de dar resposta a essas ansiedades e questões, com base nos valores fundamentais que informam a sua matriz ideológica.

O erro fundamental da esquerda de hoje, sobretudo da esquerda mais tradicionalista, tem sido o de procurar definir à partida aquilo que deve ser relevante para os cidadãos eleitores, renegando ideologicamente aquilo que considera temas menos próprios dos seus referenciais de reflexão e intervenção.

Temas como a segurança, a defesa, o rigor económico, o controlo de fluxos migratórios ou os referenciais morais em que se fundamenta a sociedade ocidental, são temas que incomodam a esquerda tradicional, ao mesmo tempo que preocupam cada vez mais a sua base social de apoio. Esta contradição fundamental é a mãe de todas as desilusões e de todos os terremotos eleitorais, de que a recente eliminação de Lionel Jospin na primeira volta das presidenciais francesas constituiu o mais áspero e trágico dos exemplos.

A modernização urgente da esquerda europeia em geral e do PS em particular não se fundamenta em qualquer refundação de valores e princípios, mas antes numa reorientação gradual de objectos e de métodos.

De objectos, porque para além da resposta necessária às questões tradicionais do foro social, importa responder também, entre outras, às questões do rigor económico, da segurança, da defesa, do controlo migratório ou do esvaziamento e esbatimento da moral social em que radica a identidade das sociedades ocidentais.

De métodos, porque na sua essência a esquerda democrática não pode ser auto-suficiente nem dogmática e deve valorizar em consequência e cada vez mais, os mecanismos de participação e abertura a todos os contributos da sociedade civil.

Estão assim esboçadas as balizas para os caminhos de futuro que a Sociedade Portuguesa, a Esquerda Moderna e o PS são chamados a percorrer. Caminhos em que a dicotomia entre a viragem à esquerda ou a fixação ao centro é uma dicotomia irrelevante e meramente retórica.

Os desafios que se colocam ao Partido Socialista são claros. Reforçar os mecanismos de participação e abertura, sem renegar os novos instrumentos de comunicação e interacção, incluindo as redes cibernéticas, e definir respostas claras para as preocupações dos cidadãos em todo o largo espectro das questões que se colocam à sociedade moderna, atraindo a maioria do eleitorado para essas propostas, em vez de vaguear em busca de nichos eleitorais voláteis e vontades inconstantes.

São desafios estruturais, pouco compatíveis com o nervosismo próprio duma ressaca de perda abrupta e não natural do poder. Será, no entanto, no contraste de solidez e serenidade convicta e lúcida, que reside o segredo para a afirmação continuada duma liderança no Partido, capaz de se traduzir numa liderança na sociedade e a prazo, numa nova maioria de Governo.

Uma serenidade que o debate agora iniciado pelo "Acção Socialista" indicia, e para a qual o contributo individual dos que vivem o PS e Portugal, com a razão e o coração, é absolutamente determinante.



CARLOS ZORRINHO

Verdadeiramente nem de névoa já se trata. É à luz crua do dia a dia que se salientam os contornos agressivos das contradições em que o Governo está envolvido e que já fragilizam hoje e diminuirão amanhã o papel de Portugal na nova Europa.

AS NEBULOSAS CONVICÇÕES EUROPEIAS

Várias fragilidades afectam Portugal quando os motores da revisão dos Tratados começam a aquecer na Convenção Europeia.

Todas têm a ver com a nebulosidade das posições do novo Governo sobre a Europa e as suas consequências na política de alianças necessária nas complexas negociações sobre a Europa do Futuro.

Verdadeiramente nem de névoa já se trata. É à luz crua do dia a dia que se salientam os contornos agressivos das contradições em que o Governo está envolvido e que já fragilizam hoje e diminuirão amanhã o papel de Portugal na nova Europa.

Desde logo, há que deslindar se Durão continua a *trauteara* canção do fundamentalismo federalista com que deu música aos portugueses, antes de ser primeiro-ministro, ou, se pelo contrário, se arrepende e regenera no discurso neo-soberanista *cultural* do seu mandatário europeu, Pacheco Pereira.

Da mesma forma que terá de se decidir sobre a influência no Governo do eurocepticismo de Paulo Portas que não ficou, certamente, de um dia para o outro, no armário do Largo do Caldas, em sacrifício das benesses da governação centrista.

Sem esquecer as profissões de fé federalizantes do PPE, no qual já não é um simples líder de oposição, mas sim um primeiro-ministro com voz no Conselho Europeu, onde a letra e a música tem de estar na mesma pauta...

Finalmente, porque na linha destes antecedentes de *virtude europeia*, o primeiro-ministro passa os ultraliberais europeus defensores do Pacto de Estabilidade, sacrificando o seu próprio País, na fogueira dos pecadores que não souberam esganar convenientemente os portugueses, em homenagem à ortodoxia financeira liberal. Contradição também, porque Durão e a sua *vestal das Finanças* aparecem como os "últimos moicanos" a defender tais

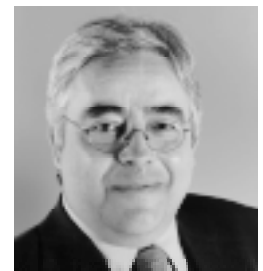
virtudes, quando hoje, Chirac na França e Schroeder na Alemanha desvalorizam o défice zero e adiam para as calendras gregas (2007?) a *obsessão prosélita* do novo Governo português.

Ficaram infelizmente, desta demagogia anti-socialista espalhada por toda a Europa, milhares de páginas impressas onde se dissertou sobre o desleixo de Portugal.

Ora, a desconfiança exterior paga-se caro e esse mal o sentiremos todos brevemente no preço do investimento estrangeiro, no nível de emprego e nas novas condições de trabalho dos portugueses.

O primeiro-ministro deslizou demasiado e arrisca-se a tropeçar. Uma coisa já percebemos: a não sanar as contradições que o envolvem e não suprimir os seus impulsos de juventude no Governo, Portugal chegará à Europa *de gatas* e não terá muitos aliados que o apoiem.

Portugal está hoje, infelizmente, muito só! O que é muito mais triste que ser pequeno.



LUÍS MARINHO

DEFESA

DEPUTADOS DO PS QUEREM OUVIR PORTAS SOBRE SUBMARINOS

Os deputados do Partido Socialista pediram a presença urgente no Parlamento do ministro da Defesa, Paulo Portas, para este explicar a compra de submarinos para a Armada. O pedido surge depois de declarações de Portas, que "colocam em causa o processo de aquisição de submarinos para a Marinha". Os deputados socialistas querem ouvir Portas na Comissão de Defesa Nacional, no seguimento das suas declarações na semana passada em que avança com a informação de que o Governo PSD/CDS-PP está a negociar a compra de três submarinos por 1,7 mil milhões de euros.



CASA DE PORTUGAL

CARLOS LUÍS QUESTIONA GOVERNO

O deputado socialista Carlos Luís questionou o Governo sobre se tenciona apoiar a Casa de Portugal André Gouveia, em Paris, caso a Fundação Gulbenkian cesse o financiamento que a sustentava. No requerimento entregue na Assembleia da República, o deputado socialista eleito pelo círculo da Europa pede que o esclarecimento seja prestado através do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. O documento refere que, se a Casa André Gouveia, situada na cidade universitária de Paris, for extinta devido à supressão dos subsídios que a Gulbenkian lhe tem concedido, a comunidade portuguesa residente na capital francesa "perde uma das suas instituições mais emblemáticas". A Residência André Gouveia foi construída nos anos 60 pela Fundação Gulbenkian, que lhe concedia um subsídio anual de 105 mil contos (cerca de 525 mil euros).

MOITA

PS DENUNCIA MENTIRA PREMEDITADA DO PCP

O vereador socialista da Câmara da Moita, José Manuel Epifânio, afirmou que a renúncia do presidente da autarquia, João Almeida, "é uma mentira premeditada do PCP". Os eleitos do PS, principal partido da oposição no concelho da Moita, não aceitam as explicações dadas pelos dirigentes comunistas e mostram-se convictos de que a renúncia de João Almeida estava a ser preparada há muito tempo. "Os problemas do presidente da Câmara devem ser anteriores às últimas eleições autárquicas, dado que nessa altura já se falava na sua saída do município", disse José Manuel Epifânio, que não poupou críticas ao comportamento dos comunistas da Moita. "Suspeitamos que tudo isto foi premeditado e que o PCP decidiu avançar com a recandidatura de João Almeida nas últimas eleições autárquicas devido a eventuais dificuldades internas em impor uma candidatura do actual vice-presidente João Lobo", disse o vereador socialista.



O Secretariado Nacional do PS decidiu realizar um conjunto de plenários de militantes por todo o País, com início já no próximo fim-de-semana, seguindo o calendário previsto no quadro abaixo indicado.

DIA	HORA	FEDERAÇÃO	LOCAL	DIRIGENTES	CONCELHO
17 - Sexta-feira	21.00h	Viseu	Solar dos Peixotos/Ass. Municipal	Pina Moura	Viseu
17 - Sexta-feira	21.00h	Portalegre	Esc. Sup. de Educação, Portalegre	José Sócrates	
18 - Sábado	16.00h	Vila Real	Esc. EB 2, 3 de Murça	Paulo Pedroso	Murça
18 - Sábado	21.00h	FRO	Pavilhão Municipal do Soeirinho	Vitalino Canas	Sobral M. Agraço

Bem me apetece ser Gisela e dar uma murraça à terrorista que insiste em provocar-nos até ao limite, mas lembro-me que sou tolerante, respiro fundo e chega a publicidade, e boa, o Figo, mas lembro-me dos jogos da selecção e ora bem cá está um bom pretexto para a desafiadora Manela congelar as progressões nas carreiras e os salários porque a baixa da produtividade nesses dias vai agravar o défice.

Muito se tem falado sobre o serviço público e o fim da RTP, tema que não me desperta particular interesse, mas que me levou a registar o que retive de um serão passado em frente à televisão, para tentar perceber se vale a pena aprofundar este tema. Sexta-feira é dia da minha série preferida, "O Sexo na Cidade", que a SIC começou por dar a horas decentes, mas que no último mês remeteu para a 1.30 h, na melhor das hipóteses, trocada pelo agora líder de audiências "Master Plan" e protótipo do telelixo televisivo. Por volta das onze, lá me sentei em frente à TV, de comando na mão, pronta para o "zapping" e cheia de coragem para não adormecer. Comecei pela SIC Notícias - lá estava a manifestação dos funcionários da RTP a lembrar os comícios do pós-25 de Abril, mas com os cânticos do futebol e da geração rasca. Ainda vi a peça sobre o funeral do Pim Fortuyn; decididamente ele não é meu herói. Mudei para o Canal 1, que estava a dar um filme que não me despertou a mínima curiosidade, óptimo exemplo de mau serviço público, admito; passei para o Canal 2 e apanhei a série que via anunciada há imenso tempo dos assassínios políticos, hoje sobre o Robert Kennedy, um documentário interessante mas antigo e aborrecido, "zapping" para a SIC uns minutos depois, onde estava a começar o "Master Plan" decidi não ver, novo "zapping" e TVI a campeã da produção nacional com a telenovela "Nunca Digas Adeus"; pensava que já tinha acabado mas lá estavam os dramas todos, fiquei contente de saber que o teste de sida do Tiago que tinha tido sexo com a melhor amiga da mãe, a Becas que andava metida com o Nuno, que pelos vistos tem sida, era negativo, mas a Becas ainda pode ter - daqui a um mês deve saber-se (na versão mexicana já vi numa revista ela morreu mesmo). Mais um "zapping" - SIC Notícias - e deparei com os últimos 15 minutos do Expresso da Meia-Noite, painel interessante sobre o Orçamento Rectificativo cheio de ilustres economistas - Helena Garrido, Medina Carreira, Nicolau Santos, Camilo Lourenço, Braga de Macedo - e comecei a pensar quem naquele painel poderia defender o PS, ninguém claro. Mas foi muito esclarecedor: descobri que a minha ministra das Finanças converteu-se ao terrorismo e promete rebentar uma bomba na Função Pública para destruir de vez o monstro que o PS criou, perdão o primeiro-ministro Guterres, que não quis tomar medidas impopulares. Também descobri que este Orçamento é tímido e que não é o da ministra, mas o do primeiro-ministro que cedeu aos interesses da Madeira, que devia fazer um referendo e tornar-se independente, e que se o Governo ceder em relação à RTP está acabado, e que tem que intervir no sector de transportes do Estado, que o défice no fim do ano vai ser inferior a 2,8 por cento porque ela só fez o orçamento "by books", e que a culpa afinal é das comissões de técnicos

Tem, para mim, sido um salutar reviver o retomar desses círculos de convívio onde têm "assento" pessoas dos mais diversos quadrantes políticos - sendo de sublinhar que os partidos de direita e centro-direita preenchem a maior parte das preferências.

O que é notoriamente assinalável é que esses meus amigos e convivas convergem todos numa apreciação unânime: este "novo" Governo mais parece um clone dos governos das décadas de 50 e 60 do século passado.

Nas últimas semanas, na pacatez da minha Beira Alta, tenho assistido, atentamente, ao deambular deste "novo Governo".

Devo dizer-vos que me tem incomodado, sobremaneira, a ausência de postura ético-política dos governantes que mais não têm feito do que criar uma atmosfera de autêntico terrorismo social e económico.

Em minha opinião tem-se, premeditadamente, confundido os portugueses com duas realidades distintas ainda que possam ter algumas ligações secundárias: a crise orçamental e o desempenho global da nossa economia.

Se, por um lado, podemos dar nota de um desfasamento entre as primeiras previsões das contas públicas e o seu apuramento final, claramente abaixo dos demagógicos quatro por cento ou mais, da campanha laranja, não podemos admitir o clima de arrefecimento económico que se pretende induzir: numa primeira fase através de uma máquina de propaganda subtilmente montada e depois materialmente operacionalizada com a subida do IVA e fim dos juros bonificados à habitação. Como vos dizia no início, tenho estado nas últimas semanas na pacatez da minha Beira Alta, onde todos nos conhecemos e onde quase todos assumem nos mais diversos círculos de convívio as suas opiniões e as suas críticas.

Deste modo, tem, para mim, sido um salutar reviver o retomar desses círculos de convívio onde têm "assento" pessoas dos mais diversos quadrantes políticos - sendo de sublinhar que os partidos de direita e centro-direita preenchem a maior parte das preferências.

O que é notoriamente assinalável é que esses meus amigos e convivas convergem todos numa apreciação unânime: este "novo" Governo mais parece um clone dos governos das décadas de 50 e 60 do século passado.

Poderia pensar-se que não sustentam esta classificação; contudo, como tudo na Beira surge sólida a argumentação:

"Nos idos de 50 e 60 e apesar do pós-guerra ter anunciado pela Europa um período de clara recuperação económica sobressaindo em muitos sectores as pequenas e médias empresas, em Portugal surge um ambiente de claro favorecimento aos poderosos, atribuindo-lhes sectores

QUEM VÊ TV...

FERNANDA BANDOS

que gostam do beijo do Rodin. Não estava a sonhar, juro que ouvi isto e muito mais, estava a assistir ao serviço público do canal privado SIC - Notícias. "Zapping" e novamente "Master Plan" porque não, afinal parece que o problema dos políticos é não compreenderem as populações. Que bom, ainda fui a tempo de assistir mais uma vez à cena de TV mais empolgante dos últimos anos (segundo o Herman espectador e às vezes moderador do debate dos últimos anos). a Gisela a dar uma murraça à provocadora da desafiadora a pedido dos 370 mil espectadores que não puderam ver, mas a revelação da noite chegou da mãe da desafiadora - afinal a sua filha é uma excelente mãe de família que vive muito feliz com o marido e a filha e que a produção obrigara a inventar a história da separação, porque casais não dão audiências. O Herman, incrédulo, não acredita, nem ninguém, e passada meia-hora chega a versão oficial do programa - a nossa desafiadora não tinha sido seleccionada por ter uma filha de um ano, mas passado um mês ela telefonou a dizer que já a tinha despachado e entrou. Temos então que confrontar a nossa verdade com a vossa verdade diz o Herman em tom sério. Para acabar, o Herman espectador ofereceu-se para ser testemunha do processo da Gisela contra a desafiadora, porque ela teve uma tática provocatória e estava mesmo a pedir.

Bem me apetece ser Gisela e dar uma murraça à terrorista que insiste em provocar-nos até ao limite, mas lembro-me que sou tolerante, respiro fundo e chega a publicidade, e boa, o Figo, mas lembro-me dos jogos da selecção e ora bem cá está um bom pretexto para a desafiadora Manela congelar as progressões nas carreiras e os salários porque a baixa da produtividade nesses dias vai agravar o défice. Salva-nos grande mestre, só a Gisela nos pode ajudar a eliminar a Manela. Que horror, estou uma populista. Finalmente, a minha série, e assim posso dormir descansada.

Feito este exercício confesso que ainda não me apetece discutir o serviço público, mas deixem-me escolher e sobretudo ver programas decentes a horas decentes, sim porque não falei dos Homens do Presidente, e de...

NA PACATEZ DA BEIRA ALTA

estratégicos da economia, preparando-se, entretanto, e com as novas medidas anunciadas a reposição deste formato".

Confesso-vos, pois francamente, que não tenho dúvidas deste pensamento colectivo, "nascido numa terra onde tudo se consegue à custa de muito trabalho e perseverança."

É, pois, cada vez mais notório que este "novo" Governo cede reiteradamente a pressões que levam a uma primazia óbvia, do factor económico sobre o social, os quais não são rigorosamente antagónicos entre si.

Vivemos numa sociedade onde o fosso entre as pessoas é cada vez maior, tornando-se, agora, mais claro do que nunca que muitos agentes económicos se começam a servir da "crise", para fechar empresas, para deixar de pagar os ordenados, para depauperarem o tesouro e a segurança social.

Pela nossa dimensão e pela nossa posição periféricamente vantajosa - em minha opinião - temos capacidades endógenas para estimular o nosso desempenho de uma forma equitativa e global sem ter que haver prejuízo para aqueles que detêm pequenas e médias empresas, e que fazem desta sua dimensão a principal característica da sua competitividade e produtividade.

Termino fazendo um apelo à mobilização de todos os "beirões" deste nosso Portugal que sejam combativos e sobretudo para que façam da sua actividade um baluarte de resistência a uma "globalização" laranja oca desconcertada e desconcertante onde tudo conta menos a proficiência social, ética e política.



PAULO ALBERNAZ

A SEMANA PREVISTA

SEG.

Timor Leste torna-se o primeiro Estado do século XXI. A independência está marcada para dia 20, uma cerimónia para a qual foi convidado o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, que integra a comitiva oficial do Presidente da República, Jorge Sampaio.

TER.

António Costa e Mega Ferreira são os oradores convidados do próximo colóquio da Concelhia de Lisboa sobre "O Futuro do PS", que terá lugar na terça-feira, 21 de Maio, às 21 horas, no novo auditório da Assembleia da República.

QUA.

A convite da Federação Portuguesa de Futebol, o secretário-geral do PS participa hoje no jantar de despedida da selecção nacional que vai ao Mundial de Futebol que irá decorrer na Coreia e no Japão.

QUI.

Na sexta-feira, 17 de Maio, e no sábado, dia 18, têm lugar plenários de militantes nas federações de Viseu, Portalegre, Vila Real e Região Oeste, com a presença de Pina Moura, José Sócrates, Paulo Pedrosa e Vitalino Canas, respectivamente.

SEX.

Tem lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS.

SÁB.

Reúne-se o plenário da Assembleia da República.

DOM.

Organizado pela Fundação Mário Soares e pela Universidade do Minho, realiza-se no próxima sexta-feira em Braga uma conferência subordinada ao tema "Multiculturalismo, discriminação positiva e tolerância".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÃO PS AJUDA / ALCÂNTARA
CALÇADA DA AJUDA, 204 - 1.º
1300 LISBOA
21 3643676

SECÇÃO PS ALMIRANTE REIS
AV. ALMIRANTE REIS, 110 - 1.º
1150 LISBOA
21 8121070

SECÇÃO PS ALVALADE
CALÇADA CARRICHE, LT 43 - LOJA 4
1100 LISBOA
21 8866271

SECÇÃO PS LIMOEIRO
LARGO DO LIMOEIRO, 17
4900 VIANA DO CASTELO
258 82 40 86 Fax 258 82 40 86

SECÇÃO PS PENHA DE FRANÇA / S. JOÃO
RUA CARRILHO VEIDEIRA, 10 - 1.º DTO.
1170 LISBOA
21 8124235

SECÇÃO PS BENFICA / S. DOMINGOS
RUA DR. JOSÉ BATISTA SOUSA, 13/A
1500 LISBOA
21 7140026



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados**